



Programa "Roda Viva", às 22 horas e estaremos discutindo o Programa de Segurança Pública Anticrime. É um Projeto de autoria do Ministério da Justiça, apresentado pelo Ministro Sérgio Moro. O programa terá o formato de debate, sendo transmitido ao vivo às 22 horas, com a seguinte bancada: Gianpaolo Poggio Smanio, Procurador Geral da Justiça do Estado de São Paulo eleito pelos seus pares; Eduardo Muylaert, advogado criminal que tem vindo muito aqui conosco; Melina Ingrid Risso, Diretora do Instituto Igarapé; Bruno Magalhães, Procurador do Ministério Público Federal em São Paulo; Benedito Mariano, Ouvidor das Polícias Civil e Militar e Técnico Científica de São Paulo e Álvaro Camilo, Secretário-Executivo da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo. Então, creio que será uma excelente oportunidade para entendermos mais o Projeto de autoria do Ministro Sérgio Moro que está colocando para o País e que tem tudo a ver com os problemas enormes que temos tido nessa área. Gostaria de dar os parabéns à Bibia que não chegou ainda e que foi eleita agora em dezembro Presidente da Associação Brasileira de Antropologia. Quero dar os parabéns para ela, desejando que ela tenha uma boa gestão. **PRESIDENTE** (Augusto Luis Rodrigues) - Parabéns! Primeiro Item da Pauta: Discussão, Votação e Aprovação da Ata de nossa última Reunião, que foi realizada no dia três de dezembro de 2018. Encaminhamos a todos vocês a Ata inteira com todas as falas de vocês e com a síntese também. Pergunto a vocês se leram a Ata e se posso considerá-la aprovada. (Pausa.) Ok? Então, a Ata do dia três de dezembro, que foi a nossa última Reunião, aprovada pelo Conselho Curador da Fundação. Vamos agora ao nosso último item da pauta: a apresentação mensal da nossa Diretoria de Programação, com as novidades ocorridas nos meses de dezembro do último ano e no último mês de janeiro. Todos os meses, para quem está vindo hoje pela primeira vez, a Diretora de Programação, Anna Valéria Tarbas, faz uma apresentação aos conselheiros das novidades da Programação. Agora neste mês de fevereiro o Marcos solicitou espaço nesta Reunião para apresentar um vídeo. Alguns já o viram e tal, gostaram sobre a sua gestão. Tem a palavra Marcos Mendonça para apresentar esse vídeo. **MARCOS MENDONÇA** - Está pronto. Só vou pedir para ele já colocá-lo. **PRESIDENTE** (Augusto Luis Rodrigues) - Apaguem a luz do Plenário, por favor. **MARCOS MENDONÇA** - Quero chamar aqui o Giovani para participar. **PRESIDENTE** (Augusto Luis Rodrigues) - Acendam as luzes, por favor. Marcos, vamos passar para outra pauta, para outro item da pauta e você daqui a pouquinho entra com esse vídeo. Vou pedir para depois fazer e passar... **PRESIDENTE** (Augusto Luis Rodrigues) - ... para o próximo item da pauta. **PRESIDENTE** (Augusto Luis Rodrigues) - Vamos passar para o próximo item da pauta. Gente, no dia 14... Bibia acabamos de falar de você agora. É a Presidente da Associação Nacional de Antropologia. Estávamos dando os parabéns a você. No próximo dia 14 de julho de 2019 a TV Cultura e a Fundação Padre Anchieta irão fazer 50 Anos. Por essa razão estamos todos de parabéns e o Presidente do Conselho criou a "Comissão do Cinquentenário" que já se reuniu uma vez e que agora vai se reunir de novo no dia 20. O Marcos Mendonça, Presidente da Fundação, já iniciou uma série de ações e de iniciativas que vão funcionar no ano do nosso "Cinquentenário". Gostaria, então, que ele fizesse a apresentação do que já fez para nós a todos vocês. Solicitamos e quem estava lá era eu, a Cláudia Pedrozo, o Fabio Magalhães, etc nessa comissão que ele colocasse o custo, custo-benefício, quer dizer, tivesse uma programação muito mais detalhada do que ele nos trouxe. Imagino que ele queira fazer isso agora, porque senão no dia 20 agora, na quarta-feira, vamos fazer uma reunião da "Comissão do Cinquentenário" e ele vai trazer isso para nós. **MARCOS MENDONÇA** - É um *Power Point* que você tem aí, não é isso? Correto? **MARCOS MENDONÇA** - É sobre Programação. **PRESIDENTE** (Augusto Luis Rodrigues) - É que é a Anna Valéria que traz sempre e este ano a Anna Valéria não trouxe. **MARCOS MENDONÇA** - É a área técnica. Já pedi para a Miriam chamar, mas vamos lá. Coloque o *Power Point*. Não tem um *Power Point* relativo a... O Giovani não está aí? **MIRIAM STYCHNICKI**- Ele está subindo. **MARCOS MENDONÇA** - É um *Power Point* relativo aos 50 Anos. Tudo bem. Está pronto o *Power Point*? Mas antes de... é melhor passar o *Power Point* no seu conjunto e, depois, analisaremos item por item. Correto e tudo mais. Está bom? Pode ir passando. Todas essas decisões foram tomadas já no ano passado em várias reuniões do Conselho. Temos aí as

PRENOTADO  
4º RCPJ-SP

PERÍODO PÚBLICO DO EST  
ORIAS DE JUSTIÇA  
199, com fundamento  
Al. 01

decisões tomadas em maio do ano passado. O Jorge da Cunha Lima já solicitava que... **PRESIDENTE** (Augusto Luis Rodrigues) - Marcos, nenhuma dessas decisões foi trazida para o Conselho. **MARCOS MENDONÇA** - Estou com as Atas aqui. **PRESIDENTE** (Augusto Luis Rodrigues) - É a primeira vez que você está trazendo. **MARCOS MENDONÇA** - Estou com as Atas aqui. Em maio do ano passado o conselheiro Jorge da Cunha Lima solicitou que fizéssemos um livro a respeito dos 50 Anos. Em setembro do ano passado, recebemos o material a pedido relativo a mudanças no nosso *hall* de entrada que iríamos fazer. O nosso arquiteto Gustavo Penna nos doou esse projeto e está aqui sobre a mesa com data de setembro do ano passado. Foi mostrado para vários e vários conselheiros. Ficou à disposição de todos aqui. Em outubro do ano passado, foi colocado à disposição o livro modelo que a TV Globo fez e que o SBT fez para os conselheiros examinarem. Tudo isso consta em Ata de reuniões do Conselho. **PRESIDENTE** (Augusto Luis Rodrigues) - Vou verificar essas Atas de reuniões do Conselho. **MARCOS MENDONÇA** - Ou seja,... Não, tudo bem. Estamos tomando as medidas necessárias para licitar, contratar, tudo mais de tal maneira que todas essas questões estejam em andamento, correto? Então, só gostaria de deixar claro isso aos senhores. Tenho reiterado a última manifestação que vocês acabaram de aprovar. A Ata de dezembro do ano passado reitera isso. Reitera isso. Recebi àquela ocasião além de ter exposto todas essas questões nessa Ata que acabou de ser aprovada, temos ali duas sugestões: uma sugestão do Guilherme, que hoje não está aqui presente, e outra sugestão do Cadú. A do Guilherme pediu que fizéssemos uma exposição interativa virtual a respeito dos 50 Anos e a do Cadú afirmando que gostaria muito que fizéssemos uma grande campanha de divulgação na televisão a respeito disso. Àquela ocasião falei bastante a respeito da Exposição do Rá-Tim-Bum, como vocês poderão ler no texto da Ata, fato esse que foi até objeto de elogios por parte de vários conselheiros que estavam aqui presentes. A Exposição do Rá-Tim-Bum atingiu um milhão e 300 mil pessoas. Mas vamos lá: as quatro publicações. Uma exposição que foi sugestão do conselheiro Fabio Magalhães para que pudéssemos colocar o nosso acervo, dar visibilidade a esse acervo; um evento comemorativo e ainda não se definiu o local, mas se caminha; um selo comemorativo segundo o qual estamos trazendo o orçamento para os senhores poderem averiguar. O item cinco... Aliás, inverti ali aquela exposição no qual falávamos era a exposição dos 50 Anos e esta exposição é a exposição que o Fabio havia solicitado que fizéssemos. Uma três sessões nas três instâncias do Poder Legislativo, Congresso Nacional, Assembleia Legislativa e Câmara Municipal e as mudanças que seriam feitas no *hall* de entrada da televisão. Posso começar a falar sobre os livros. O primeiro item do livro é que se trata de um livro sobre os 50 Anos da TV. Esse livro já está em fase final de elaboração. Toda a equipe foi contratada no final do ano passado. Um livro que é aqui um álbum. Temos aqui o modelo que a TV Globo fez e que é um álbum fotográfico dos programas mais importantes da televisão ou do que aconteceu nesses 50 Anos na História da Televisão. Um terceiro livro que é um livro sobre as obras de arte, um catálogo de obras de arte da TV Cultura em que o Fabio Magalhães está fazendo a curadoria desse livro, onde já selecionou uma quantidade grande de fotos, de imagens do que poderia ser. Ainda está em fase de deliberação sobre o conteúdo desse livro. Depois se o Fabio quiser fazer uso da palavra... O quarto também é uma sugestão do Fabio Magalhães no sentido de que fizéssemos algo infantil. Esse produto seria um almanaque, ou seja, uma espécie de revista com o Asterix onde vamos colocar os programas infantis da TV Cultura, sendo que esse produto poderá ser rentável para a televisão, porque na medida em que se faz uma exposição na hora em que a pessoa sai da exposição ela quer adquirir o produto. Então, a ideia é de que possamos estar colocando um preço absolutamente acessível nesse produto à disposição do público que assistiu a exposição. Se quiserem mais detalhes sobre isso estou à disposição sobre a questão dos livros. (Pausa.) O segundo item: Exposição. Na realidade, tivemos aí recentemente duas grandes exposições do Castelo Rá-Tim-Bum que foram fenomenais. Fizemos uma exposição no MIS há alguns anos. Essa exposição recebeu 500 mil visitantes pagantes. Terminada essa exposição no MIS ela foi para o Rio de Janeiro onde houve milhares e milhares de pessoas, foram filas quilométricas, mas não... lá o ingresso era

PRENOTADO  
4º RCPJ-SP

TERMO PUBLICO DO ISEN  
COM. DA DE JUST. TR. 2  
feito com validade  
em 03/11/2011

gratuito. Não vamos considerar. Trouxemos essa exposição para o Memorial da América Latina e tivemos no Memorial da América Latina 800 mil pessoas pagantes. Então, tivemos um milhão e 300 mil pessoas numa exposição sobre o tema do Castelo Rá-Tim-Bum. A ideia é nos 50 Anos pegarmos os principais programas infantis da TV Cultura e fazermos uma exposição com isso. Acredito que até teremos a chance de agregar um público maior que esse, mais do que um milhão e 300 mil pessoas talvez. Não sei, mas pelo menos 800 do Memorial tenho certeza que tenhamos condições de fazer. Quero dizer que a exposição do Rá-Tim-Bum além de tudo ainda hoje continua gerando recursos para a Fundação, porque negociamos isso e os *shoppings centers* do Brasil têm apresentado essa exposição. Em Campinas, essa exposição foi apresentada no *Shopping Iguatemi*. Campinas tem um milhão de habitantes e foram 100 mil pessoas verem a exposição. Teve em Campinas, Ribeirão Preto, Salvador, enfim ela está percorrendo o Brasil na Rede Iguatemi de *Shoppings* que, a princípio, comprou os direitos para essa exposição. Então, temos um retorno financeiro com isso graças à divulgação das ações da TV Cultura. Isso também já está em andamento numa fase de implantação e tenho certeza de que teremos dentro do Planejamento Estratégico da Fundação e do Plano de Metas uma forma de rentabilidade e de divulgação da nossa marca, da marca TV Cultura. Há alguma outra questão sobre isso? (Pausa.) Não. Então, indo para o outro item três. Tivemos já a oportunidade de desenvolver alguns eventos históricos aqui na televisão com um resultado excepcional. Quem teve a oportunidade de assistir gostou muito. Saiu emocionado do evento. Tivemos aí o evento do aniversário da Rádio. Depois agora recentemente o evento de Júlio Medaglia. Foi maravilhoso. Foram os 80 anos de Júlio Medaglia. Passou a história da Rádio, enfim foi muito interessante. Então, dentro desse patamar, dentro desses moldes estamos pensando em fazer esse evento. A ideia é possamos estar convidando todos os funcionários a participarem desse evento. Estamos verificando os locais. O responsável por isso é o nosso Diretor da Rádio e Projetos Especiais, José Roberto que tem grande habilidade, grande *expertise* nesse tipo de evento. Em breve, em fechando o local, em tendo definido o roteiro desse evento, estaremos passando aos senhores os detalhes desse evento comemorativo. Por favor, o quarto. Bem, esse Selo Comemorativo foi uma proposta que os Correios nos fizeram. Eles têm lá um departamento de *marketing* ou de vendas que tratam dessas questões. Sei que o selo é algo desatualizado, já não é mais usado, mas 50 Anos é algo que me pareça que deva ser registrado. O custo disso para três mil selos é de 30 mil reais, 32 mil reais, ou seja, é absolutamente razoável a algo que vá fazer parte da coleção dos Correios e de alguns colecionadores, enfim parece-me ser extremamente razoável, mas evidentemente fica a critério do Conselho, porque isso não foi contratado ainda. Quinto: Exposição do Acervo de Obras de Arte. Como nosso acervo de obras de arte talvez seja um acervo de grandes proporções, de obras contemporâneas de grandes proporções, ou seja, o maior acervo do Brasil. Essa foi uma política implantada lá atrás pelo Roberto Muylaert, quando era Presidente da Fundação. O Roberto Muylaert, que vinha da Presidência da Bienal, tinha um relacionamento muito grande com a classe artística, especialmente com o pessoal de Artes Visuais, e implantou esse projeto aqui, que foi um projeto extremamente bem sucedido. Até hoje ele vem dando resultados, ou seja, os artistas doavam as suas obras de arte para fazer parte do cenário do Programa "Metrópolis". Isso fez com que hoje tenhamos um acervo riquíssimo com obras de arte de artistas hoje já consagrados à época, mais consagrados ainda. O Fabio Magalhães, então, sugeriu que fizéssemos essa exposição sobre as obras de arte. Entramos em contato com a gestão da OCA lá no Ibirapuera, porque lá é um espaço que tem as dimensões e a proporção para receber uma exposição desse tipo. Eles estão verificando as possibilidades. Até imaginei que algum Secretário ou alguém da Prefeitura estivesse aqui hoje e, talvez, pudéssemos trabalhar nesse encaminhamento, mas foi encaminhado um ofício do conselheiro Fabio solicitando algumas datas, enfim para que possamos fazer lá essa exposição. Sexto item: isso vai depender de uma negociação política. Estamos esperando a definição das Comissões no Congresso Nacional para que possamos encaminhar uma solicitação, isso evidentemente tem que ser através de contato pessoal, articulado com as bancadas para que

PRENOTADO  
4º RCPJ-SP

TRIBUNAL PUBLICO DO EST  
DO PARANÁ  
SECRETARIA DE JUSTIÇA  
e  
CONTABILIDADE

haja um pedido de uma Sessão Solene nas diversas instâncias. No caso da Assembleia Legislativa de São Paulo os deputados só estarão presentes, tomarão posse no dia 15 de março, se não me falha a memória. Será no dia 15 ou no dia primeiro de março? Não me recordo. **MARCOS MENDONÇA** - Quinze de março. Então, só a partir daí é que poderemos ter condições de negociar. Já tive, pelo menos, uma breve conversa com o Presidente da Câmara Municipal e não senti nenhuma... muito pelo contrário. Tem a palavra o conselheiro Fabio Magalhães. **FABIO MAGALHÃES** - Só queria lembrar que a Assembleia Legislativa é representada neste Conselho. Uma vez eleita a Comissão de Educação e Cultura, que designa o representante neste Conselho... **MARCOS MENDONÇA** - Não estamos ouvindo, Fabio. **FABIO MAGALHÃES** - ... ele pode ser o intermediário nessa questão da Sessão Solene na Assembleia Legislativa. **PRESIDENTE** (Augusto Luis Rodrigues) - São dois representantes da Assembleia Legislativa. **MARCOS MENDONÇA** - Perfeito. Eles estarão aqui presentes. Item sétimo: em setembro do ano passado, atendendo as demandas dos vários conselheiros que acham que o nosso *hall* de entrada está... não tem a nobreza, vamos dizer, não representa a altura desta instituição pedi antes para um arquiteto que é um dos maiores arquitetos do Brasil - e passem só um pouco o currículo do Gustavo. Apresentação de vídeo. **MARCOS MENDONÇA** - Acho que já dá para se ter uma ideia do trabalho e de quem é Gustavo Penna. Ele nos doou um projeto para esse *hall* de entrada, onde estaríamos expondo. O projeto na integra está sobre a minha mesa. Vou pedir para que a Miriam passe para cada um. Ele esteve aqui desde setembro em várias reuniões, mas ele é muito simples. É um projeto muito inteligente. Hoje essa porta que os senhores veem aí é a porta que não é mais utilizada. Ela só é aberta no dia em que tem a reunião do Conselho, porque temos duas entradas e ela fica fechada permanentemente. Ela tem uma ligação, uma cobertura junto ao *hall* de entrada do prédio, da recepção do edifício. Quem chega de táxi, quem chega, ou seja, pára na rua e ao adentrar o prédio necessariamente entra por essa recepção. Então, a ideia é utilizar a ligação da recepção, que já é coberta, com uma espécie de "túnel do tempo", onde estaríamos mostrando os nossos acervos. Ou seja, temos a primeira máquina e, inclusive, um acordo com a PRÓ TV, onde temos a primeira televisão do País, a primeira câmera do País que gravou o Programa da Tupi em 1950, Jefferson. Além disso, temos as da TV Cultura que fez a primeira transmissão em 1968. Afora isso há uma quantidade grande de materiais de acervo da nossa Cultura, da nossa televisão. Vi isso em vários lugares do mundo. As televisões usam essa estratégia no seu *hall* de apresentação. Estive na RTP recentemente e vi que eles têm esse "museuzinho" vamos dizer assim. Aqui temos 17 metros, é uma área pequena, mas que dará a noção para as pessoas do que era, de qual equipamento era usado, sendo que as pessoas caminharão por ali para chegarem no *hall* de entrada daquele *hall* circular que vocês veem hoje antes de se subir a rampa. Nesse *hall* circular a ideia é colocarmos a projeção de todos aqueles que fizeram a TV Cultura, ou seja, as fotos, as imagens projetadas num sistema de rodízio e tudo mais. Então, todos funcionários, os artistas, as pessoas que fizeram esses 50 Anos da Televisão. Evidentemente todos os conselheiros que por aqui passaram, enfim isso ainda vai ter um grande atrativo, porque você pode, no instante em que você está ali, tirar a sua foto e colocá-la no painel. Essa foto vai ficar ali colocada aleatoriamente, mas provavelmente vai ficar ao lado de personalidades conhecidas do grande público. Daí evidentemente a pessoa vai ficar muito feliz por estar aparecendo ao lado de grandes personalidades. Enfim, dar uma nobreza ao nosso *hall*. Pode passar aí a área técnica que não vai ter tanta importância, a descrição técnica. É algo muito simples, mas que acho que vai dar à Fundação dignidade, altivez ao público quando, vamos dizer, ele adentrar no recinto da Fundação. Isso já está em andamento. As empresas estão contratadas. Enfim, estamos caminhando com esse projeto. Acredito que muito em breve de dois meses a, no máximo, três meses estaremos já com isso em funcionamento. Têm alguma dúvida? (Pausa.) Vamos para frente, Saddi. **JAIRO SADDI** - Sr. Diretor, gostaria de saber se isso vem de recursos orçamentários, se já estão previstos. **MARCOS MENDONÇA** - Já. **JAIRO SADDI** - Se serão recursos extraorçamentários e se vão precisar de dinheiro, porque imagino que para tudo isso... **MARCOS MENDONÇA** - O que?

PRENOTADO  
4º RCPJ-SP

TERMO PUBL. PRO. 1987  
CÂMARA DE S. P.  
A. 1987

**JAIRO SADDI** - Se já temos todos esses recursos em caixa? Ou se nós... **MARCOS MENDONÇA** - Temos. **JAIRO SADDI** - Qual é a estimativa de custos desse conjunto de... **MARCOS MENDONÇA** - Depois que eu falar poderei passar, em seguida, um vídeo em que vocês vão ver exatamente qual é a situação orçamentária da Fundação. Depois poderei falar sobre isso, correto? Você tem aí alguma... **PRESIDENTE** (Augusto Luis Rodrigues) - Terminou isso daí ou tem mais alguma coisa? **MARCOS MENDONÇA** - Sobre isso, então, recebi as sugestões além dessas e foram aquelas às quais falei, que são do Cadú e que constam da Ata de dezembro. São as sugestões do Cadú e do Guilherme. O Jorge me pediu que fizesse um pequeno *botton* a respeito dos 50 Anos, um pequeno *pin*. E que eu me lembre efetivamente não me recordo de mais ter recebido outras propostas com relação aos 50 Anos. Não sei se existem ou não. Perfeito. **PRESIDENTE** (Augusto Luis Rodrigues) - Temos mais alguma coisa? **MARCOS MENDONÇA** - Agora, então, vamos passar o vídeo de apresentação, correto? **PRESIDENTE** (Augusto Luis Rodrigues) - Não, espere um pouquinho. Vamos continuar sobre o "Cinquentenário". O que eu disse é o seguinte: não temos ainda, e trazido pelo Marcos Mendonça e pela Diretoria Executiva, o custo-benefício. Então, gente, faz parte da nossa atribuição aprovar o recurso que você vai gastar nisso. Não tenho isso ainda. O que eu disse é que pensei que ele estava trazendo aqui - e foi por isso que disse que ele não tinha trazido ainda - o custo de cada item desse. Não é possível. Então, é o seguinte: Eu, Augusto Rodrigues, Presidente do Conselho, não tenho os custos disso. Marcos, tenho que ter os custos disso! Marcos, tenho que saber quanto custa isso! Se não, não dá para... **MARCOS MENDONÇA** - Perfeito. Posso até já exibi-los. **PRESIDENTE** (Augusto Luis Rodrigues) - O projeto é maravilhoso! **MARCOS MENDONÇA** - Já até posso exibi-los, mas vamos passar esse vídeo que vai dar para se ter uma visão. Daí vou colocar essa questão, correto? **PRESIDENTE** (Augusto Luis Rodrigues) - Agora, antagonismo define gestão. Ele está montando toda a gestão do Marcos Mendonça. (38:05 a 46:26 - Apresentação de vídeo). **PRESIDENTE** (Augusto Luis Rodrigues) - Muito bem. Parabéns, Marcos. (Palmas.) **MARCOS MENDONÇA** - Só quero dizer aos senhores o seguinte: desde o ano passado, diante dessa necessidade que teríamos de fazer os eventos dos 50 Anos fizemos as reservas necessárias para que constasse desse orçamento. Já no ano passado algumas despesas foram feitas, ou seja, porque foram contratadas empresas, vamos dizer, na elaboração dos livros, na elaboração dos projetos, enfim uma série de questões, obras de engenharia necessárias e tudo que já foram contratadas e que estão dentro desse orçamento, ou seja, estamos com um orçamento de receita própria da TV Cultura com os recursos e com o esforço que foi feito de sete milhões e meio além do orçamento. Quer dizer, de sobra para investimentos em atividades novas, ou seja, parte deles já está contemplada para esse Projeto dos 50 Anos no orçamento desde o ano passado. Quero dizer o seguinte: a ideia de que todo Projeto dos 50 Anos não vá um recurso do tesouro, fonte tesouro para essas despesas apesar de serem necessárias e fundamentais para a televisão, porque a televisão se faz não somente com a imagem que está no ar, mas depende de uma série de outras questões. É fundamental que ela deixe registrado esses seus 50 Anos de uma maneira muito firme, muito forte, mostrando a sua pujança. Na realidade, a ideia é que possamos estar disponibilizando esses recursos e mais, só para que as pessoas não fiquem preocupadas, toda programação deste ano já está paga e comprada. Ou seja, porque quando você negocia algum produto para a televisão isso demora meses e meses de negociação, até de preparação, enfim de tudo mais. Quero dizer que a programação de 2019 já está com uma quantidade enorme de produtos pagos e já estão, vamos dizer, sendo pós-finalizados para entrarem no ar. Vamos ter uma série muito grande, muito forte na área do conhecimento, na área da ciência com as séries de primeiríssimo nível adquiridas da BBC, da Fox, enfim de uma série de outras produtoras internacionais. Então, com relação aos orçamentos dos livros eu os tenho aqui todos especificados. Não tenho os orçamentos sobre a questão das publicações. Na realidade, temos hoje... No passado, e aqui vejo Sergio Kobayashi que foi Presidente da Imprensa Oficial durante muitos anos... Por toda gestão Covas eu fui Secretário da Cultura e o Sergio Kobayashi foi o Presidente da Imprensa Oficial. Naquela

PRENOTADO  
4º RCPJ-SP

TRIMESTRE PUBLICADO DO 1º  
TRIMESTRE DE JUNHO DE 2019  
PROJETO DE LEI Nº 11.111/2019

ocasião existia uma parceria muito forte entre a Secretaria da Cultura e a Imprensa Oficial. Todo material gráfico a Imprensa Oficial os dava, nos oferecia graciosamente, na medida em que ela estava ajudando o Governo do Estado a divulgar as suas ações, através da Secretaria da Cultura. Não sei se essa política continua a existir ou não. Entraremos em contato, tão logo estejam definidos os números de páginas e material pelas equipes que estão trabalhando, com a Imprensa Oficial para verificar se essa política pode ser novamente implementada. Não sei se ela continua a existir, mas tenho certeza que, se não for, há a possibilidade de um espaço amplo de negociação com eles, porque poderemos fazer algum tipo de permuta e tudo mais. Inclusive, no passado, a Imprensa Oficial financiava um programa de literatura na TV Cultura. Foi um programa que ganhou prêmios e prêmios. Era o Programa "Entrelinhas". Tínhamos um acordo com a Imprensa Oficial. Foi até depois da saída do Sergio, onde houve a série "Aplausos" do Jefferson quando, inclusive, tive a oportunidade de receber autógrafo dele no lançamento do livro que contava um pouco a trajetória dele. Enfim, quanto aos livros os orçamentos das equipes estão aqui à disposição dos senhores. Não está ali mencionada a questão das publicações ou não. Na realidade, hoje a questão do *e-book* é absolutamente muito barato. Ou seja, o *e-book* hoje é muito barato em relação ao material gráfico, mas parece-me que alguns desses livros necessariamente devam ser impressos para que esse registro material fique, para que possamos dar, oferecer para um visitante. Será um material a respeito da Fundação, enfim isso me parece ser bastante importante. Porém essa é uma decisão que vai, enfim,...

**PRESIDENTE** (Augusto Luis Rodrigues) - Gente, quero colocar em discussão essa proposta, dizendo que teremos uma reunião marcada para quarta-feira agora, às 15:30, da Comissão do Cinquentenário onde estarão presentes Fabio Magalhães, João Rodarte, Cláudia Pedrozo, Ana Amélia Inoue, Jorge da Cunha Lima, Jorge Caldeira, Marcos Mendonça e Ricardo Ohtake. Daí gostaria, Marcos, que você levasse lá uma programação mais detalhada, com os custos, com quanto se está gastando aí item a item, etc para que tenhamos clareza de tudo. É maravilhosa a programação, mas gostaria muito de estar aqui para ver tudo isso que você propôs. É maravilhosa, fantástica, mas precisamos ver custo disso daí, pelo amor de Deus!

**JORGE DA CUNHA LIMA** - A programação é muito grande e gostaria que você levasse tudo que já está orçado.

**PRESIDENTE** (Augusto Luis Rodrigues) - Isso.

**MARCOS MENDONÇA** - Só quero...

**ANTONIO DE PÁDUA PRADO JR** - Outra coisa: prazos também.

**PRESIDENTE** (Augusto Luis Rodrigues) - Prazos.

**ANTONIO DE PÁDUA PRADO JR** - Prazos, porque veja bem: teoricamente isso é para o ano todo, eu imagino que é uma programação para o ano todo.

**MARCOS MENDONÇA** - Entendi.

**ANTONIO DE PÁDUA PRADO JR** - prazos, porque veja bem que estou imaginando um livro. Um livro até ser produzido, etc e tal... A exposição. A exposição não tem local. O local normalmente é em um ano para se decidir. Enfim, imagino que todas essas coisas sejam durante todo o ano que vem, porque a Fundação faz 50 Anos em junho, em 14 de junho e imagino que essa programação seja para o ano, porque precisamos dos prazos e aparentemente isso vai demorar muito. De todo modo, só quero levantar a seguinte questão em relação ao *hall*. Acho que temos ideias, temos discutido longamente no Comitê Estratégico ideias em relação a este espaço aqui. Não sei se seria oportuno que adiássemos um pouco essa discussão para poder saber o que vamos fazer com este espaço. Há muitas ideias no sentido de transformar este espaço, enfim, não se sabe exatamente no quê. Poderíamos usar melhor esse espaço. Então, em relação ao *hall* acho que deveríamos ter um pouco mais de cautela.

**MARCOS MENDONÇA** - Só quero dizer a vocês o seguinte: essas coisas já foram contratadas. Muitas dessas coisas já foram contratadas, ou seja, os livros estão em fase final de elaboração. Quanto aos livros, as equipes já foram contratadas no ano passado. Somos obrigados a tomar medidas licitatórias que demoram muitas vezes meses. Ou seja, diante das manifestações do ano passado quando apresentamos os projetos iniciamos esse trabalho, porque caso contrário não teríamos condições. Se fossemos começar agora, esquece - isso dificilmente aconteceria esse ano. Grande parte disto será realizado até maio deste ano, correto? Os contratos já estão sendo executados e grande parte disso até maio deste ano deveremos apresentar. As equipes de trabalho externas e as internas da Televisão estão se

PRENOTADO  
4º RCPJ-SP

TERMO PUBLICO DO  
CONTA DE JUSTIC  
to com habilita  
al. mes ar

desdobrando no sentido de buscar todo o material, digitalizar os nossos acervos, fazer o que for necessário para que isso possa acontecer nesse prazo, correto? **PRESIDENTE** (Augusto Luis Rodrigues) - Marcos, não há dúvida alguma sobre os livros, as exposições - não é disso que estamos falando. Falamos de custo de construção, de obra. Livro, tudo bem, pois tem que fazer o livro, tem que começar antes. Começou antes, está ótimo... **MARCOS MENDONÇA** - Então, tudo bem... **PRESIDENTE** (Augusto Luis Rodrigues) - Está maravilhoso. **MARCOS MENDONÇA** - Não, só quero... Porque vocês estavam buscando... Essa obra aqui do *hall* de entrada... Pois não, Fabio. **FABIO MAGALHÃES** - Acho o seguinte: o "Cinquentenário" é uma oportunidade importante da TV Cultura para reafirmar a sua imagem. Faz bastante tempo que a Televisão não faz uma campanha importante de confirmar a sua imagem junto à população. Nesse momento, aproveitar os 50 Anos é fundamental e não fazê-lo é uma irresponsabilidade - perder uma oportunidade muito grande - de maneira que esse "Cinquentenário" deve ser muito bom. Marcos, acho que deve ser uma atividade fora da própria TV também, porque isso faz uma inserção da Televisão junto à comunidade, cidade, inclusive, se possível, até fora da cidade de São Paulo. Mas, é um momento marcante e não se pode perder essa oportunidade - essa é a minha opinião. Quanto à questão de gastos, há gastos, pois não é possível fazer alguma coisa sem custos. Agora, podemos fazer um esforço como o próprio Marcos mencionou há pouco de parceria com empresas, a Televisão dá a sua parte e as coisas acontecem. Não é difícil encontrarmos pessoas que patrocinem custos que não sejam muito elevados. O mercado de patrocínio está bastante difícil, mas de qualquer maneira é um evento com uma visibilidade, um significado, que atrai empresas que já colaboram com a Televisão em seus programas - a sua programação - tendo uma tradição e proximidade com a Televisão. Acho que esse esforço deve ser feito e imaginamos que haverá custos. Agora - inclusive a Cláudia que está representando aqui a Secretaria - é uma oportunidade boa para o próprio Governo. Essa relação que o Governo tem também com a Televisão é uma relação importante e é um momento para dar visibilidade nesse serviço que o Governo também presta dando apoio a uma Televisão pública. É do interesse de todos e eu, como membro do Conselho, acho deveríamos apoiar essa atividade - evidentemente controlar custos, porque isso faz parte inclusive do cotidiano da administração da Televisão - mas é importante fazer da melhor maneira possível essa comemoração dos 50 Anos. **PRESIDENTE** (Augusto Luis Rodrigues) - Por favor. **JEFFERSON DEL RIOS VIEIRA NEVES** - Na sequência do que o Professor Fábio está dizendo, pensaria - pensar é só pensar - que dentro das dificuldades sonho com uma sede da TV Cultura no Centro da cidade, fazer uma espécie de maquinócio, nosso, porque esse acervo pictórico que temos aqui é de uma coisa, qualidade e de um valor que ficar só um período lá e depois voltar para cá deveria haver uma sede - uma espécie de "A Casa da TV Cultura no Centro" - e o Estado tem muitos imóveis imobilizados, sob perícia, em discussões judiciais, entre outras situações. Por comodato, não poderíamos ter um local que ficasse a sede da TV Cultura no Centro? Com esse patrimônio todo de maneira definitiva todo mundo verá, porque realmente é um pequeno marco que temos aqui. Essas questões de custos - já vi que o Dr. Augusto está muito preocupado e na nossa última reunião ele demonstrou isso, mas está tudo muito bem explicado e pré-agendado financeiramente, vamos em frente! Agora, acho que seria bom se a TV Cultura deixasse uma marca definitiva na cidade para os próximos 50 Anos. Se não, faremos uma grande festa, recolhe a banda e o sambódromo ficará vazio. É meio banal a minha observação, imagem, mas gostaria que a TV Cultura tivesse uma sede e é impossível que o Estado não tenha algum edifício vazio ou mal utilizado. Por exemplo, quem é o dono daquela residência do René Thiollier na Avenida Paulista, um "predinho" *art nouveau* que está lá há 200 anos? Aquilo não vai para frente ou para trás. Agora, não dá tempo de reformar - claro. Mas, um equivalente que pudéssemos ter uma presença na cidade e aos domingos se visita a sede da TV Cultura. **PRESIDENTE** (Augusto Luis Rodrigues) - Ok, Jefferson. **JEFFERSON DEL RIOS VIEIRA NEVES** - A sua exposição... **PRESIDENTE** (Augusto Luis Rodrigues) - Está registrado. **JEFFERSON DEL RIOS VIEIRA NEVES** - Sim? **PRESIDENTE** (Augusto Luis Rodrigues) - Está registrada a sua recomendação. **JEFFERSON DEL RIOS VIEIRA NEVES** - Obrigado.

PRENOTADO  
4º RCPJ-SP

ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE JUSTIÇA  
PRO. CONSUMIDOR  
10/07/2015

**PRESIDENTE** (Augusto Luis Rodrigues) - Sergio Kobayashi. **SERGIO KOBAYASHI** - Muito bem. Acompanhando as palavras do conselheiro Fabio, quero dizer o seguinte: não estava aqui à época e não era conselheiro ainda, mas se foi instituída uma comissão composta por membros deste Conselho para projetar o “Cinquentenário” da Televisão acho que não nos cabe ficarmos discutindo as quirelas do processo. Se está orçamentado, previsto orçamentariamente, faça-se! Até porque 50 Anos acontece nesse ano. De fato, deveria ter começado no ano passado e não é o momento agora de querermos discutir aqui as quirelas do processo, certo, Fabio?

**PRESIDENTE** (Augusto Luis Rodrigues) - Na quarta-feira, discutiremos isso. **PRESIDENTE** (Augusto Luis Rodrigues) - Luigi, por favor. **SERGIO KOBAYASHI** - Então, acho que estamos “comendo tempo” dessa nossa reunião por conta de coisas menores. O Marcos bem disse: “parceria com a Imprensa Oficial”. Marcos, comprometo-me a fazer esse esforço perante a nova direção da Imprensa Oficial. Se bem que está muito mudada, pois indiquei o Padula para a Imprensa Oficial e não aceitou, mas se fosse ele já estaria acertado, sim? **PRESIDENTE** (Augusto Luis Rodrigues) - Está bom. **SERGIO KOBAYASHI** - Mas, vamos fazer esses esforços e não perderemos tempo com quirelas do processo. Já está decidida a formação aqui do espaço da exposição. Se depois aprovarmos a sugestão do Jefferson - de termos uma unidade na Avenida Paulista ou no Centro - isso é mera transferível, pois é equipamento fixado com a furadeira. Então, é transferível e deve-se pensar nessa hipótese. À época em que era Presidente da Imprensa Oficial fiz isso no Centro de São Paulo. Não deu certo, porque o povo não queria ler. Levei para lá umas... O povo não queria ler, mas quem sabe televisão eles queiram ver. Essa é a minha... **PRESIDENTE** (Augusto Luis Rodrigues) - Luigi Nese, por favor. **SERGIO KOBAYASHI** - Sugestão. **LUIGI NESE** - Sou conselheiro novato, mas acho que essa apresentação que foi feita demonstra a pujança da TV Cultura, participação da administração e da diretoria, inclusive dos próprios membros da TV Cultura - do seu pessoal profissional que existe aqui. Quero parabenizar essa grande obra que foi feita até agora, independentemente de quem estava na administração ou não, mas ao longo desses anos parece-me que isso valeu e, ultimamente, pelo Marcos que está tomando a frente da diretoria. Queria saber só para deixar bem claro aquilo que foi conversado agora: todo esse evento, esses gastos que foram feitos agora parece que foi aprovado, auditado e autorizado o orçamento pelo Conselho...

**PRESIDENTE** (Augusto Luis Rodrigues) - Não... (Augusto Luis Rodrigues) - Ainda não... **LUIGI NESE** - Estou falando daquilo que foi apresentado até agora - evidentemente os outros que faltam ainda para serem analisados deverão ser analisados. Acho que isso é uma coisa importante. Quero deixar bem claro que... A não ser que isso seja... Gostaria de saber se isso efetivamente foi feito - essa auditoria - e aprovado pelo Conselho todos esses gastos que foram feitos até agora. **PRESIDENTE** (Augusto Luis Rodrigues) - Luigi, não sabemos ainda quanto custará. É isso o que estou pedindo. Na quarta-feira, às 15 horas e 30 minutos tem uma reunião da “Comissão do Cinquentenário”. Quem puder comparecer... **PRESIDENTE** (Augusto Luis Rodrigues) - Por favor, compareça... **LUIGI NESE** - A regra, não é? **PRESIDENTE** (Augusto Luis Rodrigues) - Sim? **LUIGI NESE** - É uma espécie de uma regra que o Conselho aprove sempre os orçamentos e resgates que foram feitos. Então... **PRESIDENTE** (Augusto Luis Rodrigues) - Isso ainda não aconteceu... **LUIGI NESE** - Acho que está... **MARCOS MENDONÇA** - É. Só queria salientar algumas questões: vários desses projetos estão incluídos dentro da Lei *Rouanet*, correto? Quando lá atrás fizemos o projeto da Lei *Rouanet* para 2019 já incluímos os projetos dentro da referida Lei de tal forma que eles sejam produtos, eventualmente, captados e alocados via a mesma Lei. Já foram alocados, captados os recursos, os valores estarão à disposição dos senhores - não há problema algum. Agora, só quero deixar muito claro: uma “Virada Cultural”, um dia em São Paulo custa 15 milhões - a Prefeitura gasta 15 milhões. Estamos falando aqui de alguma coisa que... Olha, não significa 10% disso. Mas, nem isso: cinco por cento disso, correto? **PRESIDENTE** (Augusto Luis Rodrigues) - Marcos, você pode gastar 20 milhões... **MARCOS MENDONÇA** - Não... **PRESIDENTE** (Augusto Luis Rodrigues) - Desde que saibamos quanto. **MARCOS MENDONÇA** - Perfeito. Na realidade, a Televisão se preparou e se esforçou para fazer a sua contenção de despesas, suas reservas, a fim de não

PRENOTADO  
4º RCPJ-SP

TERMO PUNTO DO  
CIVIL DO JUS  
www.comitadocivil  
al, me  
2017



modernidade. Não obstante, queria colocar algumas questões conceituais: por exemplo, a Receita própria é a Receita de Governo. Portanto, é recurso público e acho que isso é um conceito... Não é um argumento dizer que não estamos gastando dinheiro público para fazer inovações, ainda que elas sejam necessárias e que a comemoração também seja necessária, entre outras. No entanto, também tenho uma preocupação: sete milhões e meio de *superávit* do ano passado só serão superados se não tivermos dívidas, despesas e passivos. O desempenho, a curva crescente, precisa também ser demonstrada na proporção dos passivos. Temos notícia de que há um passivo de 28 milhões em receitas... Diria em tributos para a Prefeitura e podem colocar... **PRESIDENTE** (Augusto Luis Rodrigues) - Falaremos disso... **CLÁUDIA PEDROZO** - As nossas... **PRESIDENTE** (Augusto Luis Rodrigues) - Daqui um "pouquinho". **CLÁUDIA PEDROZO** - Sim? **PRESIDENTE** (Augusto Luis Rodrigues) - Falaremos disso daqui um "pouquinho". **CLÁUDIA PEDROZO** - Então, pois é. É assim: o desempenho crescente tem que ser medido também com relação às dívidas que estão acumuladas - os passivos de prestação de contas, da Lei *Rouanet* e de outros convênios. Temos que ter essa visão. A questão principal, acho que... Óbvio, não estava aqui antes, mas me soa estranho que esteja hoje recebendo notícias de gastos executados no passado que não foram aprovados no Conselho. Isso coloca a responsabilidade sobre o Conselho de ter já uma situação consagrada... **SERGIO KOBAYASHI** - O orçamento foi aprovado. **SERGIO KOBAYASHI** - O orçamento foi aprovado, Presidente... **PRESIDENTE** (Augusto Luis Rodrigues) - Sergio, o custo não foi aprovado. **CLÁUDIA PEDROZO** - Olha... **PRESIDENTE** (Augusto Luis Rodrigues) - Ela está falando do custo... **CLÁUDIA PEDROZO** - Não pode ter sido aprovado... **SERGIO KOBAYASHI** - Foi aprovado. **CLÁUDIA PEDROZO** - Se hoje não sabemos o quanto é. **SERGIO KOBAYASHI** - A execução se dá depois. Aprovamos o orçamento e depois aprovamos a prestação de contas. **PRESIDENTE** (Augusto Luis Rodrigues) - Tudo bem... **SERGIO KOBAYASHI** - É para isso que temos auditoria interna, externa, Ministério Público, Tribunal de Contas. Falamos depois. Se o Tribunal de Contas vier nos dizer que houve alguma apropriação ou algum fato desabonador... **PRESIDENTE** (Augusto Luis Rodrigues) - Sergio... **SERGIO KOBAYASHI** - Da direção executiva... **PRESIDENTE** (Augusto Luis Rodrigues) - Deixe-a terminar, por favor. **SERGIO KOBAYASHI** - Entramos a ação... **CLÁUDIA PEDROZO** - Gostaria só de colocar o seguinte... **SERGIO KOBAYASHI** - Conselheira Cláudia, só para... É a primeira vez que a senhora vem à nossa reunião. Só a título de informação: somos uma Fundação privada com recursos, aportes públicos por questão de legislação da Fundação. Somos conselheiros curadores e não conselheiros de administração. Não assumimos essa responsabilidade de Conselho de administração. Esse é o problema e essa é a questão, discussão eterna aqui dentro desse Conselho e muitos de nós, conselheiros, consideramo-nos conselheiros curadores. Estamos aqui para dar palpites, sugestões, acatarmos e sugerirmos. Não estamos aqui para fazermos, às vezes, fiscais do Estado sobre o aporte que este coloca aqui dentro da Fundação. É isso. **PRESIDENTE** (Augusto Luis Rodrigues) - Sergio, gostaria muito que isso fosse verdade. Trouxemos aqui o responsável pela Curadoria das Fundações. Ele veio aqui e disse: "somos responsáveis". Não posso mentir para vocês: sou responsável por tudo o que acontece aqui e não quero ir para a cadeia! Isso deveria acontecer com você também, entendeu? Nós somos responsáveis! Isso aqui é um Conselho. Veio o Ministério Público e falou conosco. Desculpe! **SERGIO KOBAYASHI** - Muitos de nós não concordamos com... **PRESIDENTE** (Augusto Luis Rodrigues) - Gostaria que você tivesse razão, mas você não tem. **SERGIO KOBAYASHI** - É uma questão de ponto de vista, Presidente. **CLÁUDIA PEDROZO** - Posso retomar? É o seguinte: com relação a custos, se essas despesas já foram executadas, as licitações realizadas, então teremos esses valores e acho que caberia trazer. Há uma incoerência no fato de não terem os custos e estes já estarem sendo executados em processo, em licitação, entre outros. Os custos existem e podem ser trazidos simplesmente para que se tenha um olhar de escala, dimensão, entre outros. Concordo com a fala também no sentido de fazermos uma comemoração para fora, que seja percebida pela população. Tem uma série de ações que são emblemáticas, mas que ficarão num universo muito restrito de pessoas, ou seja, comemoraremos talvez entre nós

PRENOTADO  
4º RCPJ-SP

TERMO DE RECEBIMENTO  
O(A) Sr(a) \_\_\_\_\_  
foi informado(a) sobre o conteúdo  
do presente documento e  
deu ciência de que o mesmo  
está em conformidade com  
o que foi discutido em  
sua reunião.

mesmos. Essa questão de pensar - a escala da comemoração dos 50 Anos - é muito positiva. Enfim, na verdade são esses os pontos que gostaria de trazer. **PRESIDENTE** (Augusto Luis Rodrigues) - Cláudia, muito obrigado. Gente, é o seguinte: já concluímos na quarta-feira, conversei com o Marcos e faremos uma reunião dessa "Comissão do Cinquentenário". Ele está indo lá, faz parte da Comissão e levará essas perguntas que fizemos a ele aqui, hoje. Pronto, vamos que vamos. Por favor, partiremos para outro item da pauta: decisões tomadas no âmbito dos Comitês. Tivemos na terça-feira passada, no dia 12, juntamos o Comitê Estratégico e o Comitê de Curadoria na parte da manhã. Estiveram aqui a Bibia, a Cláudia, o Paeco, quem mais? **PRESIDENTE** (Augusto Luis Rodrigues) - O Jefferson.. **PRESIDENTE** (Augusto Luis Rodrigues) - A Anna não esteve. À tarde, fizemos as reuniões do Comitê Jurídico e do Comitê de Auditoria. Então, agora em relação à reunião da manhã queria que o Jorge da Cunha Lima apresentasse... Veio aqui uma pessoa que estamos pensando em ajudar, o O2 e fez uma apresentação. O Jorge não pode vir, porque estava no... Esteve em dois enterros: o do repórter da Bandeirantes que morreu - Ricardo Boechat - e o do nosso amigo Fernão. O Jorge estava lá. Então, queria que o Jorge fizesse uma apresentação rápida. Bibia, Paeco, quem mais, Jefferson? A gente conversar. **JORGE DA CUNHA LIMA** - Olha, peço para ficar em pé, porque o assunto é muito delicado para falar de costas para vocês. A questão é a seguinte: o Conselho fez uma proposta de renovação da TV Cultura que implica uma questão de gestão, sustentabilidade e inovação. O Conselho me incumbiu de analisar essa questão de inovação. O primeiro aporte dessa inovação trouxe, aproveitei e falei disso em Sevilha para todas as televisões públicas até para testar a reação deles sobre essa inovação. Depois, fiz uma apresentação ao Conselho do que seria essa inovação e, após ela, aprofundi isso em função da minha visão histórica do problema da comunicação. Não é agradável ou desagradável, mas é radical. Depois que o Gutemberg deu o pontapé tecnológico, tivemos uma inovação que é mais profunda do que Gutemberg: a substituição da comunicação entre raças e pessoas para a comunicação de massa. Falaremos disso em cinco minutos aqui. Há algumas conclusões radicais, desculpem-me: em primeiro, a televisão aberta *broadcast* é uma moeda em extinção. Não é desabono algum a tudo que se fez até agora - até do que fui cúmplice, mas cúmplice parceiro - mas a televisão *broadcast* como é feita hoje não existe mais, pois é uma moeda em extinção na Globo, na Record, na BBC e em toda a parte. Isso precisa ser entendido. Em segundo, todo mundo nos cobra - o Poder Público principalmente - que não temos audiência e, de fato, para a qualidade até do que produzimos na televisão *broadcast* não temos audiência. Não tem que se discutir audiência específica ou não, sabe por quê? Porque a audiência da televisão não está mais na televisão. Vamos guardar esses dois conceitos: televisão é uma moeda em extinção e audiência da televisão não está mais na televisão. Quem cobrar a audiência da televisão na televisão está cometendo, fazendo uma acusação ou uma pergunta idiota, porque não está lá. Em terceiro, a linguagem e o formato da televisão como ela existe não correspondem mais à audiência, ao desejo de perceber as coisas e nem ao desejo - não correspondem mais de fato - porque o público e a audiência não dão a menor "bola" para o formato e a linguagem que adotamos. É uma "sinuca de bico" muito profunda. Estamos aqui fazendo um esforço maluco para uma televisão que é uma moeda em extinção, assim como um esforço maluco de renovação do conteúdo da televisão como se estivéssemos fazendo "puxadinhos de comunicação" que não resolverão o problema, porque a linguagem é outra. Estamos falando para ninguém. Chato, não é? Agora, não é chato, porque tem solução e esta foi estudada, pensada: temos que reinventar a televisão. Agora, temos dois caminhos: ou reinventamos a televisão dentro da própria grade da televisão existente - isso é muito difícil, porque a cultura arraigada de uma coisa que foi um sucesso durante 50 Anos é muito fechada a uma transformação radical. O que ela pôde abrir foi aberto, eis que abriu para a internet, terceirização, tudo, mas continua com uma coisa que é o seguinte: a grade congelada, estática, sequencial - essa grade que era o princípio número um da televisão que presidi não existe mais. Se hoje fizesse o que fiz na televisão no tempo em que fui Presidente deveria ser preso, porque aquela grade não existe mais. Aqui não é. Depois, o *time*, o formato, a linguagem não

PRENOTADO  
4º RCPJ-SP

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO  
ARQUIVO DE JUSTIÇA  
1 - não entregue  
ARQUIVO

existe. Darei uma segunda, terceira, quarta modificação radical: a linguagem e o formato da comunicação hoje não são mais retóricos, o discurso retórico desapareceu para o discurso da representação, e a internet nos ensinou que a representação é a forma de chegar lá. Logo, não é mais retórica acadêmica ou a retórica de comunicação convencional. Em cima desses pressupostos e, se alguém quiser me convença o contrário, diria que temos a saída: é uma reinvenção da televisão gradativa que poderia ser feita dentro de uma televisão experimental, paralela que não fosse ferir a televisão existente, mas que fosse contagiá-la e contagiar-se por ela, entende? Mas, que daria campo à gente. Fazer uma modificação radical da grade no sentido de transformar a grade gelada numa grade que seria um caleidoscópio cubista. Quer dizer, uma grade cheia de coisas que seriam implantadas em função da necessidade das demandas e da possibilidade de impulsionar esses programas adrede concebidos para a rede social. Hoje, estamos impulsionando coisa para a rede social, mas esta não recebe como damos. A rede social, por exemplo, o *YouTube* transmitiu 68% da audiência do Presidente Bolsonaro - foi no *YouTube* e não na TV aberta. A turma do Presidente Bolsonaro teve um bruto trabalho de decodificar aquilo tudo e reimpulsionar para a rede universal, chegando a bilhões. Chegou sabe ao quê? À liderança internacional da audiência em rede. Que dificuldade chegar aqui e dizer para vocês que, depois do Steve Jobs, o meu grande mestre agora é o Presidente Bolsonaro! Quer dizer, é o Presidente Bolsonaro que está me ensinando a fazer televisão no sentido de que aquela parcela da decodificação caleidoscópica tem que ser tratada na própria produção. Não posso esperar que ela seja decodificada, entendeu? Ela tem que ser tratada naquele ato. Então, essa televisão alternativa já tem que produzir tudo. Isso é uma proposta. Agora, essa proposta precisava virar projeto e este tinha que ter um formato técnico para ser executado. Daí, iremos nos socorrer da O2 para com todos esses conceitos nossos iremos na O2 para quê? Como iremos produzir essa televisão, quanto custará - entre outras - essa televisão com essa linguagem? Aprendemos algumas coisas com eles... Quem fará essa televisão, essa grade nova? Em primeiro, uma parte dessa grade é utilizarmos a grade da TV Cultura como ela tem - alguns programas da televisão - decodificar e fazer o que o... Por isso, digo que o Presidente Bolsonaro é quem me ensinou as coisas. O que a equipe técnica dele - que não é dele, daqui ou da China, mas dos Estados Unidos - fez? A transformação de programas em programas decodificados capazes de impressionar a rede. Em segundo, faremos programas nossos, de estúdios, especificamente voltados para essa linguagem e esse formato, o qual é mais sintético, de representação. Depois, buscaremos - a inspiração de Fernando Meirelles - o principal dessa programação na rua. Hoje, o grande autor da televisão é o produtor de rede social. Então, teremos o nosso estúdio aberto em primeiro aos não consagrados e aos consagrados. É a rua que fará essa coisa da forma que a O2 apresenta muito melhor do que estou apresentando, mas é para que vocês entendam qual foi a mecânica intelectual, conceitual e, depois, a forma prática de realizar isso. Isto funciona como o Plano Real do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Quer dizer, você tem uma moeda em extinção e você tem uma moeda a ser (01:31:25 - Ininteligível), Plano Real - moeda em extinção e a (01:31:28 - Ininteligível). Tem uma hora em que essa aqui poderá ganhar folego e se transformar e é isso que a O2 nos deu o formato final para essas concepções que eu e o Conselho tivemos que elaborar para a coisa. Cada dia como vivemos numa transformação permanente, tudo é previsível, a gente vai descobrindo essa coisa, por exemplo, radical. A audiência não está mais na televisão, mas na rede. Achava importante repassar para o Conselho essa reconceitualização e dizer que tudo isso foi digerido com a O2 que nos deu a forma de produção desses conteúdos nessa televisão experimental. **PRESIDENTE** (Augusto Luis Rodrigues) - Maravilha. Paeco, um "minutinho" só. Então, agora é só a relatoria do Comitê. Você já falará, Roberto. **PRESIDENTE** (Augusto Luis Rodrigues) - Um minuto só. Você quer falar já? Então, tudo bem. **ROBERTO GIANNETTI** - É sobre isso, claro. Até com a sua presença no Comitê Estratégico é importante essa sua visão - concordo 100 por cento. Todavia, na minha percepção essa transformação que está inclusive corroborada por uma matéria que saiu na Folha de São Paulo - quem tiver interesse até talvez pudesse tirar cópia para todos, não sei

PRENOTADO  
4º RCPJ-SP

TERMO PRELIMINAR DO EST  
TOMADA DE POSSE DO  
negot com habilitaçã  
de J

quantos cópias são, porque vale a pena ler... **PRESIDENTE** (Augusto Luis Rodrigues) - Manda para todo mundo. **ROBERTO GIANNETTI** -- Diz assim: "o IBGE fez uma pesquisa no ano passado com o Setor de Tecnologia de Informação e Comunicação, a qual indica de forma muito clara que hoje o Brasil tem menos casas com TV a cabo e mais gente vendo filme na internet." É 100% o que você falou, Jorge. Não há dúvida de que isso aqui é o que acontecerá. Só que essa transformação - ruptura - não é assim um aviso que cai da noite para o dia, mas um (01:33:32 - Ininteligível) *out* e um (01:33:33 - Ininteligível) *in*. Teremos que conviver como talvez o Plano Real teve que conviver com a URF durante um período de tempo, e temos que fazer essa transição contaminando uma outra de forma que é perfeito o que você falou. Só acho que a questão da grade mostra-se na Cultura Digital - que já usamos e é uma boa referência para começarmos a imaginar o futuro... Por exemplo, tem mais gente que vê o "Roda Viva" por causa do... Acho que foi quando o Sérgio Moro esteve aqui, viu mais na internet do que no *broadcast*... **PRESIDENTE** (Augusto Luis Rodrigues) - O *Youtube* do que no... **ROBERTO GIANNETTI** - É. **PRESIDENTE** (Augusto Luis Rodrigues) - Aparelho. **ROBERTO GIANNETTI** - Por quê? Por que lá você escolhe a hora em que você quer ver. O futuro da televisão é o *streaming* e este você vê a hora em que você quer - de madrugada, no avião, no carro, entre outros. Enfim, onde você estiver. Com o seu horário livre você verá o que você não viu, porque no dia do *broadcast* da grade você não estava lá. Então, a grade passa a ser a opção do telespectador. Aqui, na TV Cultura acho que temos que adotar o que já está começando a acontecer em várias TVs do mundo - a BBC é um exemplo - que dividir o bem às duas áreas fundamentais: uma que é a de radiodifusão, televisão - é a emissora que transmite, os equipamentos de transmissão, toda a parte com as concessões do setor público - e outra que é a produção do conteúdo. Em algum momento, Augusto e Marcos, teremos que fazer aqui dentro da TV Cultura essa divisão até do ponto de vista societário... **PRESIDENTE** (Augusto Luis Rodrigues) - Empresarial. **ROBERTO GIANNETTI** - Empresarial. Televisão difusão é uma coisa que está aqui e produção de conteúdo está aqui. A produção de conteúdo é parceria com a *Netflix*, HBO, BBC, entre outras, produzindo, vendendo e exportando programas. Tem que ser uma produtora de conteúdo das melhores, senão a melhor do Brasil, porque aqui tem qualidade e inteligência - essa é uma imagem que a TV Cultura carrega, graças a Deus, que pode ser um legado do *broadcast* para a área digital e mantermos o padrão de qualidade, inclusive com minisséries... Quantos de vocês hoje já não estão viciados em ver minissérie no fim de semana? Por exemplo, eu estou e fico seguindo-as, sendo algumas muito boas, excelentes. Então, temos que partir para esse novo mundo. É aí que a televisão de conteúdo, de *streaming*, está se impondo: você vê a hora que você quer. A grade é sua e não mais da emissora. **JORGE DA CUNHA LIMA** - Não enfatizei e esqueci até de dizer que uma das dessa nossa coisa é a TV Digital, que é a nossa *Netflix* que já existe. Então, evidentemente a nossa *Netflix*... Iremos transmitir para o (01:36:35 - Ininteligível) direto; vamos transmitir muito, mas acho que para o *streaming* para o (01:36:41 - Ininteligível) e emitiremos para a rede. Agora, você tem toda a razão. É o seguinte: a TV CULTURA tem que ser um centro de produção de conteúdos e tem que transformar os seus (01:37:06 - Ininteligível), a sua forma de emissão, para *streaming* direto e por uma razão que não sei se vocês já observaram que é puramente ideológica - a televisão é mais democrática do que a rede. **JORGE DA CUNHA LIMA** - Manter a ideia da televisão que transmite para todos e todos esses formatos é e será sempre - não morrerá - o instrumento mais democrático da comunicação de massa que existe. **PRESIDENTE** (Augusto Luis Rodrigues) - Mais do que a internet, não é? **JORGE DA CUNHA LIMA** - Mais do que a internet, porque ela hoje ganhou uma dimensão de "direcionismo" absoluto. Então, ela não é mais democrática, mas persegue o autorritmo, vai onde ela quer e em quem ela quer ouvir o que ela fala. Iremos guardar isso. Estamos com um dos instrumentos mais democráticos de comunicação de massa que existe - a TV Cultura. Isso é de uma importância política fundamental. Estamos com a maior oportunidade de aproveitar a crise. A Globo - não sei - tem que "se virar", "matar" para continuar essa coisa de audiência do jeito que ela tem, mas nós não, porque somos os beneficiários da crise. Isso é... **PRESIDENTE** (Augusto Luis Rodrigues) -

PRENOTADO  
4º RCPJ-SP

ERIO PUBLICO DO EST  
DA DE JUIZ DE C  
10, com o número  
de 21 de

Vamos lá. **JORGE DA CUNHA LIMA** - A parte otimista que quero deixar... **PRESIDENTE** (Augusto Luis Rodrigues) - Vamos lá, os três: Bibia, Paeco e depois, Cláudio. **MARIA FILOMENA GREGORI** - Estive nesse processo todo de discussão e de criação desses conceitos, assim como estive na reunião que aliás, é uma pena, mas seria muito interessante que a apresentação que assistimos da O2 fosse feita para todo o Conselho, porque ela foi extremamente ilustrativa e para nós que somos mais - eu, no meu caso - leigos, ela também foi extremamente esclarecedora de uma série de aspectos dessa importante conceituação que acho que o Jorginho está trazendo aqui e você também. É importante enfatizar um aspecto que a O2 e o Jorginho chamam a atenção: essa ideia de que iremos produzir conteúdo, mas numa perspectiva, Roberto, que aproveite, faça ou tente minimamente na sua missão pública e democrática de vocalizar toda a produção que é feita já nas ruas, periferias, e por jovens. Enfim, que é feita em elementos e segmentos populacionais que são extremamente criativos, mas que não aproveitamos mesmo tendo a missão pública. Quer dizer, temos coisas que são feitas aqui, mas de modo a capturar, fazer uma curadoria, buscar... Por isso, essa ideia do projeto nas ruas é tão encantadora. Eles fizeram a proposta de ter, por exemplo, um ônibus - como tem o *foodtruck*, que é a ideia de você levar a comida ou o restaurante para a rua - e fazer uma espécie de *foodtruck* com estúdios, levando isso à periferia. Porém, não é levar a periferia a um projeto civilizatório - ao contrário - mas, levá-la para fazer um projeto dialogal, ver o que está sendo feito lá, aproveitar e, ao mesmo tempo, ensinar. Isto é, tem um elemento pedagógico também nessa troca. Então, essa ideia das ruas implica em uma parceria, entretanto não é só com a grande empresa ou com a grande - digamos - produção de conteúdo que já é feita empresarialmente, mas buscar também os seus elementos sociais.

**PRESIDENTE** (Augusto Luis Rodrigues) - Muito bom. Ótimo. Paeco. **ANTONIO DE PÁDUA PRADO JR.** - Veja, acho que em primeiro é um momento muito interessante do Conselho de estarmos discutindo, depois de um longo tempo, todas essas modificações trazendo a todos. Praticamente, hoje é consenso a importância das mudanças que estamos vivendo. Temos que ter essas três dimensões: a primeira é a de produção de conteúdo, a segunda é a de continuar com a televisão - não iremos nos esquecer que ainda existe... Esse movimento todo que você descreveu bem é muito urbano e jovem. Então, quanto mais distante você vai, seja no interior, seja também nos mais velhos, isso não é tão poderoso. É claro que tem que ser uma transformação que vai se realizando aos poucos... **ROBERTO GIANNETTI** - Gradualmente. **ANTONIO DE PÁDUA PRADO JR.** - Gradualmente. Exato. Estamos todos concordando. A terceira questão que o Jorge colocou bem e que a O2 trouxe para nós - foi muito interessante, instigante, a apresentação que eles fizeram... Concordo com a Bibia e acho que essa apresentação deve vir para cá, devemos assistir a apresentação que a Janaína fez. É importante também ressaltar que isso foi feito gratuitamente - um trabalho voluntário da O2 sem interesse comercial - e isso foi uma coisa muito importante, pois é uma contribuição que a O2 trouxe para todos nós. A terceira questão é essa interação entre você construir uma televisão no formato novo... A O2 falou uma coisa muito legal, que é a seguinte: temos... Assistimos à televisão hoje em vários equipamentos. Agora, quando captamos as imagens também de uma maneira nova captamos de um modo vertical. A televisão... O telefone faz com que você capte as imagens de um modo vertical e você tem que assistir no modo horizontal. Não foi sem razão e eles citaram que o Bonner insistiu tanto para as pessoas ao captarem as imagens - para aquele início de uma ideia de ligar a internet com a televisão que a Globo fez nas eleições - captassem-nas do modo horizontal. Enfim, produzir conteúdo de uma maneira nova e assistir à televisão de uma maneira inusitada é isso o que estamos vendo. Então, é importante que comecemos a construir dentro da televisão agora uma nova forma de captar e de divulgar através da internet. São esses três pontos que temos que ficar atentos e fico super feliz que agora é praticamente consenso nesse Conselho. **JORGE DA CUNHA LIMA** - É perfeito o que você falou. Achava importante essa minha explanação até para o melhor entendimento do que a O2 está propondo. Agora, confesso que cheguei a propor à O2 que já façamos a produção horizontal, mas não tive coragem... (Risos). De falar aqui... **PRESIDENTE**

PRENOTADO  
4º RCPJ-SP

TERMO PÚBLICO DO EST.  
CORTA DE 10/11/14  
... com fundamento  
... 10/11/14

(Augusto Luis Rodrigues) - Alguma observação? **LUIGI NESE** - Só queria cumprimentar aquilo que o Roberto falou: é com relação a exatamente aquilo que falei inclusive na última reunião sobre o problema dos projetos de inovação, *startups*, entre outros. Isso seria um processo que poderia ter um grande potencial de analisar aquilo que está acontecendo não só nas ruas, mas no meio empresarial e no desenvolvimento tecnológico. Acho que isso traria um conteúdo e faria com que a TV Cultura seja uma TV de ensino. Quer dizer, cada vez mais educacional, levando aquilo que está acontecendo no meio de desenvolvimento tecnológico em todas as áreas, não só na área de serviços, agricultura, entre outras. Aquilo que está acontecendo acho que poderia ser um processo importante para trazermos aqui dentro da TV Cultura.

**PRESIDENTE** (Augusto Luis Rodrigues) - Está registrado. Obrigado. Cláudia. **CLÁUDIA PEDROZO** - Assisti à apresentação e a achei extremamente interessante. Sugiro, inclusive, que aquela apresentação seja disponibilizada para todos. De fato, a televisão precisa ter uma sensibilidade enorme com o que está acontecendo no meio social, como as pessoas estão se movendo, o que é o "apetite de consumo" de cada um. Obviamente que, do ponto de vista de Curadoria, o que será ofertado - isso é o que importa - mas, o meio como será ofertado é o que está sendo discutido. Achei absolutamente pertinente, interessante. Vibrei com a ideia e apresentação. Acho ela completamente adaptada ao mundo moderno, para aonde ele está indo. Inclusive, o pioneirismo irá ditar modelo para as demais. Estão de parabéns.

**PRESIDENTE** (Augusto Luis Rodrigues) - Muito bem. Mais alguma observação sobre esse item? Estamos avançando no objetivo dois. Agora, o Jorge entrou com tudo sobre o tema de especialistas em televisão, O2 entre outros. Vamos para outro item da pauta: é a reunião que houve à tarde no Comitê Jurídico e no Comitê de Governança. Lá apareceu um item - o qual a Cláudia já tinha trazido na parte da manhã - que é um problema que temos - uma demanda tributária do ISS do Município de São Paulo com o Cadin. Combinei com o Gabriel, que teve que sair antes... Está aí.

**PRESIDENTE** (Augusto Luis Rodrigues) - O Matheus, Diretor Jurídico da Fundação, Que diabo é isso? Por que estamos passando por isso? Nossos amigos estavam lá, inclusive Carlos Luque, Gabriel, Carlos Magalhães, entre outros. Já podemos ajudar a Fundação a... Matheus, vamos lá.

**MATHEUS GREGORINI COSTA** - Bom dia a todos. Estamos em curso numa discussão com a Prefeitura de São Paulo que nos cobra ISS sobre Receita de Serviços - ISS, imposto sobre serviços. Acontece o seguinte: no ano de 2012, recebemos aqui a fiscalização da Prefeitura de São Paulo e retroagindo cinco anos - 2011 e 2012 - eles retroagiram a 2006 e entenderam por bem lavrar autos de infração para cobrar ISS da Fundação, a qual até então - pelo menos pelo histórico que levantei, pois estou aqui desde 2014 - não vinha tendo problemas com a Prefeitura de São Paulo nesse aspecto. Os autos foram lavrados e a Fundação ao longo de anos se defendeu administrativamente perante o Fisco Municipal, sendo que no ano passado esgotamos a última instância administrativa - o Conselho Municipal de Tributos - num julgamento em que perdemos, os autos de infração foram mantidos, mas foi um julgamento curioso e é importante que seja dito isso. O relator... O auditor fiscal do município relator do processo disse no julgamento que, a rigor, não manteria o autor de infração. Em linhas gerais, a Fundação Padre Anchieta é uma instituição educativa, entre outras. Mas, ele notava nas autuações que notas fiscais emitidas pela Fundação nos anos de 2006, 2007 e 2008 tinham em seu descritivo determinados serviços e determinadas atividades que eram estranhas ao objeto social dos Estatutos. Estão dizendo: "Olha, a Fundação é imune para aquilo que ela foi instituída e, para atividades eventualmente que se distanciam dos seus objetivos institucionais ela deve ser tributada". O auto foi mantido. São seis autos e estamos numa situação bastante complicada. Existe uma parte do débito que se refere a ISS que deveria ter sido retido pela Fundação de Prestadores de Serviços, a Fundação na condição de tomadora. Desde 2005, no Governo Serra há uma lei municipal que diz que todo prestador de serviços localizado fora do município de São Paulo quando presta serviço aqui, se ele não estiver inscrito regularmente na Secretaria da Fazenda do Município, compete ao tomador de serviço reter cinco por cento de ISS e como substituto tributário recolher aos cofres do Tesouro Municipal. Uma autuação que nós temos é referente a serviços cujo ISS não teria sido retido pela Fundação, os demais autos,

PRENOTADO  
4º RCPJ-SP

TERIO PUBLICO DO EST  
TOVIA DE JUSTIÇA  
est. com invariável  
2014

os outros cinco, são relativos a serviços prestados pela Fundação. Então, há uma diferença aí de autuação. As autuações somadas, elas chegam a 27 milhões de reais. A de serviços retidos, tomados é um valor pequeno, um valor baixo, um milhão, baixo perto do todo e o restante então é de serviços prestados. Encerrada a instância administrativa nos tínhamos dois caminhos: aguardar que o Município executa-se a Fundação, por meio de uma execução fiscal e com isso geraria aí a inscrição da Dívida Ativa, inscrição no Cadin e a distribuição da execução fiscal. A outra hipótese era nos anteciparmos ao Município, porque nós sabemos que quando o Município chega à fase já de ajuizar a execução fiscal, a gente já está numa situação mais bem delicada. Então, consultando a nossa assessoria jurídico-tributária, aqui com o Presidente e eu, optamos por nos antecipar ao Município por conta de manter a certidão negativa, evitar a inscrição no Cadin, etc. Então, ajuizamos uma Ação Declaratória, no ano passado, setembro, para que fosse reconhecida a imunidade da Fundação Padre Anchieta perante o Fisco. Distribuída a ação, nós obtivemos uma medida liminar favorável, o juiz nos concedeu essa medida e isso nos deu ali, um fôlego, conseguimos a suspensão da exigibilidade do crédito tributário, portanto a nossa certidão continuou válida, não houve a inscrição no Cadin, então, aquela estratégia naquele momento se mostrou acertada. Ocorre que tão logo obtida a medida liminar, o juiz deu ciência à Prefeitura, que por meio da sua Procuradoria se manifestou nos autos e num Agravo ao Tribunal de Justiça reverteu essa liminar e o Tribunal de Justiça cassou a medida liminar que nós havíamos obtido. Então, voltamos a estaca zero, a exigibilidade do crédito voltou a ser exigível e aí a gente voltou para a situação anterior antes de termos ajuizado a Ação Declaratória. Fomos até a Procuradoria Geral do Estado para levar essa questão. A Procuradoria Geral do Estado tem uma subdivisão interna para cuidar de empresas e fundações, eles só cuidam disso e a gente tem uma interação boa com eles, tanto demandas que nós levamos para eles quanto questões que eles nos trazem. Fomos a Procuradoria no final do ano e eles nos disseram que o posicionamento da Prefeitura dificilmente se reverteria, porque a Prefeitura tem um posicionamento muito definido em relação a isso e nos disseram que, no âmbito estadual, impostos estaduais, ICMS, etc... a Procuradoria quanto está no papel de ajuizar a ação, de cobrar o contribuinte, o que vem dando muito certo perante a Procuradoria são Ações Cautelares que o contribuinte entra pedindo uma decisão com a garantia do juízo garantindo o débito e, a Procuradora disse: a gente perde quase todas, como Procuradoria, o contribuinte sempre consegue através de uma cautelar com garantia suspender, retomar a certidão e impedir o Cadin ou excluir a inscrição no Cadin. Então nós voltamos aqui para a Fundação, isso era bem próximo do natal, o judiciário já estava em recesso, nós optamos por esperar a volta do recesso, então no dia sete de janeiro distribuímos uma cautelar tentando como uma segunda medida, para tentar a suspensão da exigibilidade do crédito. Não tivemos sucesso, a juíza entendeu que aquele não era o meio adequado, que a garantia do juízo deveria ser em dinheiro, não poderia ser um bem e a juíza então também não nos... Não obtivemos sucesso com essa segunda ação, essa Medida Cautelar. Aí estávamos imaginando o que fazer, voltou o recesso do judiciário no dia 20, nós precisávamos garantir o juízo, suspender a exigibilidade do crédito, manter a nossa certidão negativa, nossa regularidade fiscal, e começamos a estudar então, uma forma de suspender a exigibilidade como seguro fiança, oferecer um bem, conversar com a Procuradoria do Município, todas as hipóteses que foram sendo aventadas até que na semana passada nós recebemos as execuções fiscais da Prefeitura, entre uma suspensão de exigibilidade e outra, acho que a Prefeitura se atentou às nossas medidas e correu com o ajuizamento da ação, então nós recebemos seis execuções fiscais, fomos citados a seis execuções fiscais na quinta-feira, não está passada, a outra, a atrasada. Imediatamente então se abriu para nós a oportunidade concreta de suspensão da exigibilidade por meio da garantia do juízo, agora sim, em uma ação que vem do próprio Fisco e que seria o ambiente mais propício para isso. A nossa suspensão pode se dar de duas maneiras, ou pelo depósito em dinheiro ou pela fiança bancária, que é dinheiro também, e a outra pelo oferecimento de um bem. Nós conversamos com o Presidente e a opção foi oferecer um bem imóvel da Fundação em garantia dessas

PRENOTADO  
4º RCPJ-SP

MINISTÉRIO PÚBLICO DO EST.  
O TORÇADA DE RESISTÊNCIA  
registro, com fundamento  
delegar, nos arts.  
de 199



dirigentes de empresas, etc. Então, eu gostaria que você falasse um pouquinho, quer dizer, como podemos ajudar a Diretoria Executiva nesse tema. Talvez começando pelo Gabriel?

**GABRIEL JORGE FERREIRA** - Boa tarde ou bom dia a todos. Bem, debatemos esse assunto no último Comitê Jurídico e a exposição feita pelo Dr. Matheus foi muito clara e estamos diante de uma situação onde a matéria central a ser debatida e discutida é a questão da existência ou não da imunidade tributária de que tem a Fundação Padre Anchieta. Aqui não se trata de discutir isenção, o que está se discutindo aqui, imunidade tributária. Quando a Prefeitura, no auto de infração, alega que a matéria que foi impugnada, se tratava de atividade não prevista no objeto social, isso seria uma discussão do âmbito de isenção. Então, quando o poder tributante dá uma isenção, ele estabelece as regras e condições para que ela prevaleça. Aqui, no caso, discute-se imunidade. Imunidade é a impossibilidade jurídica, prevista na Constituição, de instituir tributos de qualquer natureza sobre uma entidade beneficiada pela imunidade. Então, por todas as discussões até agora havidas, está se verificando de que realmente o judiciário vem mantendo um impedimento muito rígido de querer considerar a Fundação Padre Anchieta como isenta e não, e não imune. Nessa discussão do Comitê Jurídico, então resolvemos conversar com um jurista de grande expressão nacional, lembrei o nome do Professor Ives Gandra, que é realmente um grande doutrinador nessa área de imunidade tributária, para levarmos a ele, então as nossas razões e eventualmente contratá-lo ou até mesmo outro escritório que atua mais intensamente nessa área de contencioso fiscal, naturalmente pedindo, em se tratando de uma entidade como a Fundação Padre Anchieta, que presta serviços relevantes à sociedade de que esse serviço seria concedido em base de pró-bono, sem cobrança de honorários, em face da grandeza do processo e as dificuldades que nós temos de arcar com esse tipo de ônus. Então, a visão nossa no momento é essa, de procurarmos então um jurista, versado nessa matéria, para ver o que ele nos orienta, quais tipos de caminhos poderemos seguir, eventualmente obter um parecer e até mesmo tentarmos junto ao judiciário, onde corre o processo, no Tribunal onde corre o processo de obter uma revisão dessa decisão. Outro aspecto também seria algum impedimento entre o próprio Governo do Estado e a Prefeitura que eu acho que o assunto extrapolou um pouco aí simplesmente o ambiente técnico. Então, a nossa visão é de que do ponto de vista constitucional, a Fundação ela tem sim, a sua imunidade, essa é a primeira vez que ocorre uma tentativa de tributação de atividades dela, e então, vamos seguir esse caminho de fazer prevalecer a imunidade. O único ponto que não estaria coberto pela imunidade, e que foi citado aqui, trata daquelas questões onde a Fundação tinha que reter tributos devidos por terceiros com quem ela contrata. **LUIGI NESSE** - Só queria falar sobre esse assunto.

**PRESIDENTE** (Augusto Luis Rodrigues) - E aqui? **LUIGI NESE** - Vejam bem. Exatamente sobre esse último item aqui levantado, nós do Sindicato das Empresas de Informática já entramos com uma ação há 10 anos pela isenção do cadastramento de empresas que estão fora de município e não estão cadastradas aqui, as empresas tomadoras reter esse ISS aqui, aquilo que aconteceu com a Fundação Padre Anchieta. Isso nós chegamos até o Supremo e está na última. Já foi feita uma plenária virtual sobre esse assunto e nos deu ganho de causa com relação a esse item, onde deverá ser julgada essa possibilidade no Supremo. Isso vai ter repercussão geral. Tendo repercussão geral, evidentemente, esse item fica afastado e vocês, constitucionalmente, vocês não teriam que pagar essa condição. Então é uma boa, pelo menos sobre um milhão, sobre essa área a gente pode recuperar isso se acontecer isso no Supremo.

**PRESIDENTE** (Augusto Luis Rodrigues) - Guilherme. Fabio Magalhães. **FÁBIO MAGALHÃES** - Quero expressar o meu apoio à explanação do Gabriel e dada a gravidade do assunto que está sendo tratado, acho que o todo Conselho deveria se manifesta, viu Presidente. Acho que então me antecipo e manifesto favorável a posição que o Gabriel colocou na condução desse problema. **PRESIDENTE** (Augusto Luis Rodrigues) - Muito bem, muito bem. Sergio Kobayashi. **SERGIO KOBAYASHI** - Também acompanho, nesse sentido, sugerindo inclusive ao apelo que fez o Dr. Matheus para que nós façamos a mudança estatutária então, talvez já na próxima, se for o caso na próxima reunião, a mudança estatutária para que se preveja de fato a

PRENOTADO  
4º RCPJ-SP

TRIBUNAL MUNICIPAL DO EST.  
SECRETARIA DE JUSTIÇA  
CIVIL - 4º RCPJ-SP  
12/02/2014

possibilidade da TV fazer esse tipo de serviço, até porque fazemos serviços para entidades públicas, em sua maior parte, é Câmara Municipal, TV Justiça, coisas assim que também, em tese, estamos sendo tributados de uma fonte pública também. Então, fazemos a mudança estatutária. Não sou jurista, não sou especialista, não sou contabilista, mas os especialistas aqui do Conselho façam um tema adequado para mudarmos os Estatutos. **PRESIDENTE** (Augusto Luis Rodrigues) - Serginho, recebi do Marco essa proposta de mudança estatutária, não vejo, só quero marcar uma Reunião Extraordinária na área do Comitê Jurídico para a gente aprovar isso imediatamente, se for preciso, porque estou imaginando que daqui para a frente a mudança estatutária ajuda muito. **SÉRGIO KOBAYASHI** - Exatamente. Para que nas próximas gestões não nos peguem de "calças curtas", ou seja, daqui a 12 anos os futuros conselheiros estejam discutindo a mesma matéria. **GUILHERME AMORIM** - Acho que seria prudente talvez aguardarmos a manifestação justamente o jurista que vamos consultar e a eventual orientação que ele dê nesse sentido, não nos precipitarmos, porque vai que a alteração estatutária justamente confirma a tese do fiscalizador, do que está impondo a autuação. Daí vamos ter um outro problema. Talvez seja prudente aguardar a orientação como expôs tão bem, com toda a didática do Dr. Gabriel. É por isso estou concordando com toda a orientação que ele expôs, porque aí a gente pode dar esse passo. Quer dizer, acho prudente aguardar uma reunião do Conselho, para termos a devolutiva do nosso parecerista. **GABRIEL JORGE FERREIRA** - E além de que o objeto social da Fundação. **PRESIDENTE** (Augusto Luis Rodrigues) - Roberto, um minuto só. Roberto Giannetti. **ROBERTO GIANNETTI DA FONSECA** - Só uma pergunta que me vem agora à cabeça. Entendo que hoje uma das receitas mais importantes que a TV Cultura tem é o serviço prestado a Univesp, e pergunto se ela caiu dentro dessa mesma situação de risco de tributação, como está sendo tratado isso? **MARCOS MENDONÇA** - Bem, na realidade o que ocorre é que essa aplicação dessa multa é tão absurda, porque ele simplesmente pegou a nossa, toda a receita própria da TV, daquele ano e tributou. **ROBERTO GIANNETTI DA FONSECA** - 2007, 2006, 2007 e 2008. **MARCOS MENDONÇA** - Não me lembro, que ano é Matheus? Não me lembro em que ano foi. **ROBERTO GIANNETTI DA FONSECA** - Falaram-me esses anos. **MATHEUS GREGORINI** - Seis, sete e oito. Um dos exercícios foi a receita total; outros exercícios foi por serviços prestados. **PRESIDENTE** (Augusto Luis Rodrigues) - Ele está perguntando sobre a Univesp. **MARCOS MENDONÇA** - Então, o que acontece é o seguinte: se tiver dentro, vai estar como receita própria dentro dessa filosofia que é absolutamente equivocada, esse fiscal fez isso para buscar atingir suas metas. **ROBERTO GIANNETTI DA FONSECA** - O risco existe então? **MARCOS MENDONÇA** - Hã? **ROBERTO GIANNETTI DA FONSECA** - O risco existe, então? **MARCOS MENDONÇA** - O risco existe e por isso que nós levamos ao Conselho, ao Comitê Jurídico a possibilidade desde logo já estarmos alterando o Estatuto para que esses serviços todos já fiquem incluídos, correto. **MARCOS MENDONÇA** - Ou seja,... **PRESIDENTE** (Augusto Luis Rodrigues) - Carlos Luque. **CARLOS ANTÔNIO LUQUE** - Olha, em princípio, eu concordo com a sugestão que foi colocada aqui pelo Dr. Gabriel. Só quero lembrar uma coisa. O certificado negativo vence em março e consequentemente temos que ter ações urgentes para tentar recuperar esse certificado negativo. Essas ações que são propostas são de um caráter que vão levar provavelmente algum tempo e, portanto, me preocupa, digamos que vença o certificado negativo e que a Fundação, digamos, esteja impedida de receber qualquer recurso, tirando, pelo que me contaram, a parte do recurso que vem diretamente do Tesouro do Estado, todas as outras receitas, elas não possam ser recebidas pela Fundação. Então, apenas isso. **GABRIEL JORGE FERREIRA** - Só complementando o que eu disse, é de que o atual Estatuto da Fundação é bastante amplo em relação às atividades que ela pode exercer. Nenhum estatuto de qualquer empresa, qualquer instituição, ele detalha as atividades que ele pode exercer. Então, a Prefeitura está entrando realmente num raciocínio altamente questionável pelo fato de existir uma omissão daquela atividade específica que ela está questionando. Sobre o assunto levantado pelo Professor Luque, eu queria dizer o seguinte: nós vamos também nesse encontro com as pessoas que fomos procurar para nos orientar, de eventualmente explorar a

PRENOTADO  
4º RCPJ-SP

BRUNO PEREIRA DE MENDONÇA  
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
RUA DO COMENDADOR FERREIRA, 100  
01011-900 - SÃO PAULO, SP

possibilidade de um mandado de segurança em relação a possibilidade de você suspender independentemente do processo que está em tramitação. **MARCOS MENDONÇA** - Gostaria de dizer, Gabriel, que na realidade hoje temos a necessidade da alteração do Estatuto também por uma outra questão. Até então, a Lei *Rouanet*, até pouco tempo atrás, a Lei *Rouanet*, quando você apresentava o projeto, o projeto desde que se enquadrasse dentro dos seus objetivos mais genéricos, imediatamente ele era aprovado, dentro dos parâmetros do Ministério. Hoje ele é feito, essa aprovação, o encaminhamento do projeto é feito por um sistema em que você tem que ter exatamente aquele objeto, você tem que ter um CNAE, ou seja, um registro, quer dizer, um registro junto a Fazenda Federal daquele tipo de atividade. Se você não tiver aquela atividade você está sujeito a não aprovação do projeto. Aliás, o sistema já refuta. Então, temos uma necessidade, Gabriel, de se quisermos continuar a ter operando com a Lei *Rouanet*, nós temos a necessidade de termos uma definição de vários CNAEs. Eu posso fazer a mudança, eu posso fazer até a mudança no sistema junto ao CNAE, registro lá, uma atividade de gravação, por exemplo, correto, gravação. O que é que acontece? Vou ao CNAE e o CNAE me registra, só que isso vai para a Receita Federal. A Receita Federal fala não está no seu estatuto, tira. Enfim, estou dizendo que cada vez mais os sistemas estão se interligando e criando dificuldade para, vamos dizer, os proponentes, no caso. Então para a TV Cultura, para a Fundação, me parece extremamente importante. Não só a questão da eventual fiscalização da Prefeitura, eventual ofendimento da Prefeitura, mas até é necessário dizer o seguinte: tivemos numa reunião com o Procurador Geral do Município e outros Procuradores e o Procurador Diretor do Departamento Fiscal, os dois falaram: "poxa", mas a Fundação é imune, opinião deles, pessoal. É imune, correto. Ou seja, as chances nossas de ganho disso no Tribunal, no Supremo Tribunal, ainda mais agora o Luis contando esse fato dele, a jurisprudência é extremamente positiva para as teses que a Fundação está defendendo, ou seja, as chances nossas de ganho de causa no Supremo Tribunal Federal são muito grandes, muito grandes, correto. Então, na realidade o que existe é que, evidentemente a administração municipal, a fiscalização municipal, vamos dizer, busca atingir metas, outros objetivos e muitas vezes força uma situação, enfim... **PRESIDENTE** (Augusto Luis Rodrigues) - Mais alguém precisa falar sobre isso? Carlos Magalhães que estava presente na reunião. **CARLOS MAGALHÃES** - Enfim, também de pleno acordo com a conduta proposta pelo Dr. Gabriel e a ponderação que o Guilherme fez para a mudança, em função dessa questão, aguardar uma orientação, entendeu, Marcos. Compreendo a outra funcionalidade que você coloca, mas acho que é prudente ouvir antes a opinião do Dr. Ives Gandra Martins, antes de proceder a qualquer mudança. E quanto a colocação do Jorge em relação ao nosso patrimônio, eu levantei na Reunião da Comissão, uma reunião conjunta das Comissões de Orçamento e Jurídica, a minha preocupação se não é formalmente necessária uma aprovação deste Conselho para onerar um bem da Fundação, entendeu. Naquele momento ainda não tinha sido, pelo relato pelo Matheus, distribuídas essas seis execuções fiscais, quer dizer, haveria um tempo, mas de qualquer maneira eu acho que não adianta, enfim, não olhar o problema para saber se tinha essa obrigação. Se não tinha, não tem o menor problema, agora se tinha temos agora mais um problema. **PRESIDENTE** (Augusto Luis Rodrigues) - Alienação de imóveis precisa do Conselho? **CARLOS MAGALHÃES** - Sim? **PRESIDENTE** (Augusto Luis Rodrigues) - Precisa do Conselho, aprovação do Conselho. Gabriel e Matheus, por favor, ele está perguntando o seguinte: se a alienação de imóveis, no caso, precisaria de uma aprovação prévia do Conselho ou precisará de uma aprovação do Conselho agora? **GABRIEL JORGE FERREIRA** - Para alienar imóveis depende, independente do Conselho. **MARCOS MENDONÇA** - Aqui no caso não existe alienação, na realidade você está oferecendo. **CARLOS MAGALHÃES** - Desculpa, não falei alienação, falei onerar, gravar com ônus. **MARCOS MENDONÇA** - Veja bem, as alternativas que temos para essa questão: só existem duas alternativas. Quer dizer, ou você garante a execução com recursos depositando em dinheiro, ou você garante essa execução com uma fiança bancária, correto, ou você garante essa execução com um bem. Isso não quer dizer que amanhã, Jorge, se eu quiser vender esse bem, eu não possa fazê-lo, muito pelo contrário, eu

PRENOTADO  
4º RCPJ-SP

TERMO DE RECEBIMENTO  
COM A DEB. 100.111.0  
100.111.0  
100.111.0

posso fazê-lo e imediatamente a hora que fizer substituo a garantia por uma fiança bancária ou por outro bem, correto? Ou seja, é simples, uma garantia. **FABIO MAGALHÃES** - Ainda assim é necessária a aprovação do Conselho. **JORGE DA CUNHA LIMA** - Qual é o valor que a prefeitura está cobrando? **MARCOS MENDONÇA** - Vinte e sete milhões. **JORGE DA CUNHA LIMA** - Vamos ganhar esses sete milhões. **MARCOS MENDONÇA** - Vinte e sete milhões, ou seja, se amanhã esse bem for vendido, alienado, no instante em que houver a alienação, você pode pegar o dinheiro até da venda e trocar e até deixar em garantia, o dinheiro que você recebeu ou pode comprar uma fiança bancária, tudo mais. Ou seja, nesse instante era a única alternativa que a Fundação tinha, correto. **PRESIDENTE** (Augusto Luis Rodrigues) - Carlos Luque. **CARLOS LUQUE** - Não, não. Isso é. Pede uma suplementação para a Secretaria de Cultura. (Risos.) **PRESIDENTE** (Augusto Luis Rodrigues) - Precisa, mas gente, temos, ele entrou. Gabriel, vamos lá. **GABRIEL JORGE FERREIRA** - Presidente. Alienação ou oneração de imóvel depende de aprovação expressa do Conselho Curador, além de que, este imóvel de que se fala, ele faz parte do patrimônio reservado. É aquele patrimônio que abriga os recursos destinados ao fundo de *endowment*. **PRESIDENTE** (Augusto Luis Rodrigues) - Fabio Magalhães. **FABIO MAGALHÃES** - Só quero registrar isso e deixar registrado em Ata, entende? A minha posição totalmente concordante com a do Gabriel. **PRESIDENTE** (Augusto Luis Rodrigues) - Faz parte do relatório. **FABIO MAGALHÃES** - Ou o Conselho aprova e muito bem. Ainda assim, há esse dado novo que não havia me recordado, que é a questão do patrimônio reservado. Então, essa é uma outra questão que o Conselho tem que discutir. Isso não pode ser aprovado simplesmente. Isso tem que ter um registro, uma aprovação e quero chamar a atenção que cada conselheiro é responsável por esse ato. **PRESIDENTE** (Augusto Luis Rodrigues) - Sim, é verdade. Ouvia, Sergio, fique esperto. **SERGIO KOBAYASHI** - Não é questão de ficar esperto ou não ficar esperto, Augusto. É questão de ter consciência de quais são de fato as nossas atribuições aqui. De fato, nós precisamos sim, o Conselho precisa aprovar, mas dada a emergencialidade, se estou entendendo o que o Matheus nos diz, é a emergencialidade. O prazo que ele tinha para tomar a decisão, ele o fez *ad referendum* do Conselho e cabe a nós agora dizer se concordamos ou não. Se nós não concordamos, vamos determinar ao Matheus, como nosso assecla, nós vamos determinar ao Matheus, que vá a Justiça e ofereça a substituição, então, que também pode ser dado por equipamentos dessa TV, como geralmente se faz nas ações trabalhistas. A gente oferece uma câmera, um carro, uma árvore da TV. Fazemos então um rol de bens da TV e ofereçamos isso, então. Agora, não nos cabe imiscuir na administração nas questões emergenciais. Eles precisam. Nós estávamos em recesso da reunião deste Conselho, a última reunião que fizemos foi em dezembro, antes do Natal e só estamos retomando agora, dia 18 de fevereiro. Essa questão teve que ser definida quando Matheus? Quando foi que ofereceu, quando foi que? **MATHEUS GREGORINE** - Oferecemos o bem na semana retrasada. **SÉRGIO KOBAYASHI** - Oferecemos o bem na semana retrasada. **PRESIDENTE** (Augusto Luis Rodrigues) - Temos duas coisas novas. **SÉRGIO KOBAYASHI** - A nós cabe agora não admoestar a digestão, a nós cabe agora decidirmos de aceitamos essa direção *ad referendum*, a que a Diretoria se propôs e oferecemos alguma coisa em substituição ou aceitarmos simplesmente e já aprovamos nessa reunião. **PRESIDENTE** (Augusto Luis Rodrigues) - Isso não está em votação. Vamos fazer uma reunião extraordinária do Comitê Jurídico onde, Marcos e Matheus vão trazer esse tema para a gente, e aí tem dois temas. Tem o tema da doação do imóvel lá em, não sei como chama isso e a mudança estatutária. Acho que vamos ter que fazer uma reunião, ainda essa semana sobre isso, mas os dois vão ter que justificar para a gente e gostaria que você estivesse junto. **FABIO MAGALHÃES** - Os Comitês, Augusto, não são, entende, autoridade para se decidirem sozinhos sem o Conselho. O Comitê tem que vir aqui para ser aprovado no Conselho. Isso não pode ser uma solução de Comitê. Esse tipo de atividade, entende, quer dizer, que foi tomada, nós deveríamos ter sido consultados antes dela ser tomada, entende? Há meios de consultar mesmo que sem reunião, que é através da internet. Isso não pode ser, essa decisão tomada sem o apoio expresso do Conselho. Não quero dizer que sou a favor ou contra, só que o Conselho tem que se

PRENOTADO  
4º RCPJ-SP

TERMO PUBLICO DO EST  
- DA DA DE JUSTIÇA  
- COM O NOME  
- 201

manifestar. **ROBERTO GIANNETTI** - O Conselho pode dar um mandato? **PRESIDENTE** (Augusto Luis Rodrigues) - Obrigado, Fabio Magalhães. Agora, Paeco. **ANTONIO DE PÁDUA PRADO JR.** - Só uma questão de ordem, a não ser que o Conselho dê essa autorização. **ROBERTO GIANNETTI** - É o mandato, o Conselho dá o mandato e pronto, e resolve já. **CARLOS LUQUE** - Pode dar. - **PRESIDENTE** (Augusto Luis Rodrigues) - Vamos fazer isso Fábio, você concorda? O Conselho dá o mandato para o Comitê Jurídico, tem vários advogados lá, todo mundo pode participar, se quiser, vamos marcar isso para quinta ou sexta-feira e aí, Marcos e Matheus vão apresentar para a gente tudo isso. **FÁBIO MAGALHÃES** - Não sou eu que dou, Augusto, é o Conselho. Ponha isso em votação. **PRESIDENTE** (Augusto Luis Rodrigues) - Isso, está em votação. **ROBERTO GIANNETTI** - É o que estou propondo. **CARLOS LUQUE** - Coloca em votação. **PRESIDENTE** (Augusto Luis Rodrigues) - Está em votação, então, a delegação desse tema ao Comitê Jurídico? **CARLOS MAGALHÃES** - Antes de colocar em votação, eu quero, você vai encaminhar a favor e alguém contra, como você quer fazer o processo? **PRESIDENTE** (Augusto Luis Rodrigues) - Não, estou encaminhando para o Conselho a favor. Acho que o Comitê Jurídico tem condições de decidir isso. **CARLOS LUQUE** - Levanta a mão. **CARLOS MAGALHÃES** - Quero encaminhar contra, antes da votação. Posso? **PRESIDENTE** (Augusto Luis Rodrigues) - Questão de ordem, claro que pode. **FABIO MAGALHÃES** - Quero encaminhar contra. **PRESIDENTE** (Augusto Luis Rodrigues) - Ah, está bom. Fabio Magalhães vai encaminhar contra. **FABIO MAGALHÃES** - Com todo respeito e admiração ao Comitê Jurídico, mas acho que tem outros aspectos que não são exatamente jurídicos. São de política institucional, de política cultural, tem a meu ver, por tudo o que foi explicado, uma postura absurda da Prefeitura, equivocada, mas não me cabe julgar, mas me parece isso. Eu não sei se um bem com um valor avaliado, etc e etc, como este e que tem, que faz parte do patrimônio reservado. Essa é a melhor estratégia. Eu não sei. Eu não sei se, de repente, por mais que eu preze, não possa ser o patrimônio artístico que pode dar, ensejar uma discussão política de outra natureza, está certo? Inclusive quanto ao valor, porque são valores absolutamente, porque são bens com valores de difícil avaliação. Carlos Magalhães, desculpa, a questão é a seguinte. **PRESIDENTE** (Augusto Luis Rodrigues) - Carlos, um minuto só. O Luciano... **CARLOS MAGALHÃES** - A juíza aceitar ou não, ela já não aceitou. O Governo de Minas Gerais aceitou ir em Inhotim. **CARLOS LUQUE** - Mas, não estamos em Minas, estamos em São Paulo. **CARLOS MAGALHÃES** - Tudo bem, tudo bem, professor, mas e daí? **PRESIDENTE** (Augusto Luis Rodrigues) - Carlos Magalhães. **CARLOS MAGALHÃES** - Acho que se estivesse em Minas talvez fosse melhor. **CARLOS LUQUE** - Haverá o perecimento da certidão negativa. **PRESIDENTE** (Augusto Luis Rodrigues) - Luciano. **MARCOS MENDONÇA** - Gostaria de fazer algumas ponderações. **PRESIDENTE** (Augusto Luis Rodrigues) - Luciano. **LUCIANO EMILIO DEL GUERRA** - Não teria como fazer o Comitê Jurídico. Por exemplo, toma, faz a sua reunião. Enfim, como vocês mesmos fazem aqui diariamente? Vem para cá, comunica aqui, fala assim: "Olha, a gente achou melhor isso" e aí põe em votação isso? Outro detalhe. **PRESIDENTE** (Augusto Luis Rodrigues) - Não, não. Estamos delegando ao Comitê Jurídico essa decisão. **LUCIANO EMILIO DEL GUERRA** - Outra coisa, "rapidinho". Em relação a equipamento também. Gostaria também, se a gente não participar disso, desse Comitê tal, que os equipamentos não, o deixem preservado. Só isso. Equipamento, câmera. Porque isso é uma maneira de a gente continuar a TV. **PRESIDENTE** (Augusto Luis Rodrigues) - Registrado, Luciano. Cláudia Pedrozo. **CLÁUDIA PEDROZO** - Enxergo três questões aqui. A primeira é o prognóstico dessa ação. A Procuradoria Geral do Estado fez uma avaliação de prognóstico muito ruim, ou seja, esta parte da tributação ela está sobre uma prestação de serviço de natureza privada. Então, a probabilidade de ganho desta ação, ao final, é baixa. Esse é o prognóstico lá da Procuradora Geral. - Isso não é verdade. **CLÁUDIA PEDROZO** - Essa é uma informação importante, porque o que vamos dar em garantia. **CLÁUDIA PEDROZO** - Enfim, pode ser irreversível. Será realmente o que vai cobrir essa despesa. Acho que consignar patrimônio é impedir o futuro, é onde se tem a introspecção de novas receitas. Enfim, não acho que essa seja uma solução interessante. Acho que temos que parar para pensar que se o prognóstico é ruim. De repente, temos que

PRENOTADO  
4º RCPJ-SP

ESTUDIO JURIDICO DO ENT  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS



pode ser feita por consulta através de *email* ou por meio eletrônico. **PRESIDENTE** (Augusto Luis Rodrigues) - Então, mas começamos com uma reunião do Comitê Jurídico e a gente toma uma decisão lá, eu queria introduzir isso, inclusive, fazer uma pergunta da reunião da semana passada com o Comitê também de Governança. **FABIO MAGALHÃES** - Tenho uma questão de ordem, tenho uma questão de ordem. **PRESIDENTE** (Augusto Luis Rodrigues) - Um minuto só, Fabio. Comitê de Governança, onde o Fabio, por exemplo, o Fabio participe, o Carlos Magalhães e o Carlos Luque. Então, a gente poderia fazer essa reunião tomamos uma decisão, aí sim, nos podemos fazer essa reunião que o Gabriel está propondo. **GABRIEL JORGE FERREIRA** - Telefônica. **FABIO MAGALHÃES** - Uma questão de ordem que é a seguinte: acho que você não vai colocar em votação. Acho que essa decisão do Comitê, a proposta do Gabriel é boa, concordo com ela, mas quero só lembrar o seguinte: essa aprovação precisa de quorum qualificado, não é qualquer reunião de conselho que aprova essa questão. Essa questão tem que ser aprovada numa reunião que tenha o quorum suficiente para aprová-lo. **CARLOS MAGALHÃES** - Que tenha isso, como pauta prévia. **GABRIEL JORGE FERREIRA** - Com pauta prévia. **CARLOS MAGALHÃES** - Claro, isso é básico. **FABIO MAGALHÃES** - Isso está no nosso estatuto, brigamos por isso, inclusive. **PRESIDENTE** (Augusto Luis Rodrigues) - Rubens Barbosa. **RUBENS BARBOSA** - Em vista de todas as disposições, aqui do Conselho, eu acho, minha ideia era propor, na linha do que o Gabriel falou, resolvermos transferir o exame para o Comitê Jurídico que fará, não tomará uma decisão, fará uma recomendação para o Comitê e para o Conselho Deliberativo, que resolverá. Como foi acentuado aqui, isso é uma decisão muito importante e você precisa examinar. O Comitê Jurídico examinaria todas as implicações, todas as perspectivas e todas as possibilidades de negociação com todas as partes, mas faria uma recomendação para nosso Conselho, que aprovaria ou não. **PRESIDENTE** (Augusto Luis Rodrigues) - Estamos chegando. **RUBENS BARBOSA** - É isso. **PRESIDENTE** (Augusto Luis Rodrigues) - Geraldo Carbone. **GERALDO CARBONE** - Se eu puder sugerir a você, acho que vale a pena você já convocar esta nova Reunião Extraordinária do Conselho, hoje mesmo. Ela terá que existir, quer dizer, e porque como disse o Luque, março está chegando e o prazo nosso da certidão é março. Então, acho que você já pode convocar esta nova reunião, desde já. Agora, também acho que também vale ressaltar o seguinte: a gente ficou entre a "cruz e a caldeirinha". Não acho nada confortável que o Conselho fique emparedado. Quer dizer, o fato de a gente tomar ciência da gravidade da situação, em cima da hora, está fazendo com que a gente tenha aqui fazer uma série de improvisos estatutários, o que não é nada agradável. Quer dizer, acho que casos desta magnitude, eles devem ser reportados ao Conselho Curador na medida em que eles apareçam, porque isso coloca em risco a própria sustentabilidade e a estabilidade da Instituição. Então, acho que isso não deveria se repetir. **PRESIDENTE** (Augusto Luis Rodrigues) - A Presidência do Conselho soube disso através da Secretaria da Cláudia, na segunda-feira passada. O Marcos Mendonça trouxe para o Comitê Jurídico e de Governança na terça. Fomos informados oficialmente. Podemos marcar uma reunião então, na quinta à tarde, vou fazer talvez na quinta à tarde, no final da tarde? **GUILHERME AMORIM** - Não consigo, consigo só se for a tarde. Gabriel, você pode? - **GABRIEL JORGE FERREIRA** - Quinta-feira? - **PRESIDENTE** (Augusto Luis Rodrigues) - Quinta-feira à tarde? Tipo às 17 horas? **GABRIEL JORGE FERREIRA** - Pode ser um pouco mais cedo? **PRESIDENTE** (Augusto Luis Rodrigues) - Dezesesseis horas. Vou conversar com vocês, gente. É importante que estejam os advogados, Carlos Luque que entende disso, Fabio Magalhães. É bom que Fabio Magalhães fique presente para avançarmos nisso. Você pode vir Roberto? **ROBERTO GIANNETTI** - Posso. **PRESIDENTE** (Augusto Luis Rodrigues) - Ótimo, vou marcar essa conversa com vocês. Então, nessa semana uma Reunião do Comitê Jurídico com o Comitê de Governança. A gente arma uma recomendação ao Conselho Curador e tudo indica que teremos que fazer uma Reunião do Conselho Extraordinário. **CARLOS LUQUE** - Nesse intervalo, uma conversa com o Dr. Ives Gandra. **PRESIDENTE** (Augusto Luis Rodrigues) - Ives Gandra, estamos aprovando. Agora, o Presidente da Justiça é aqui o Ismene? Não é? Dr. Ismene, Gabriel? - **GABRIEL JORGE FERREIRA** - Não. O Presidente do Tribunal de Justiça é o Manuel Pereira Calças. **PRESIDENTE**

PRENOTADO  
4º RCPJ-SP

INTERNO TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
FONE: (11) 3061-1111  
FAX: (11) 3061-1112  
E-MAIL: (11) 3061-1113  
WWW.TJ.SP.GOV.BR

(Augusto Luis Rodrigues) - O Manuel Pereira Calças. O Ismene está vindo hoje a noite aqui. Ministério Público. Gente, tenho uma última. **GABRIEL JORGE FERREIRA** - Só quero acrescentar que o seguinte: a recomendação que vier ao conselheiro, para que ele expresse sua vontade, como diz o Fabio Magalhães, é necessário, que venha por escrito. É uma recomendação da minha geração. Não fique uma coisa verbalizada apenas numa questão complexa como essa, haja um textinho, de tal maneira que cada membro do Conselho saiba no que está votando.

**PRESIDENTE** (Augusto Luis Rodrigues) - Aprovado. O Matheus, você ficou encarregado de encaminhar para a gente de uma síntese de matéria, por escrito. Eu vou mandar isso para o Comitê Jurídico e Comitê de Governança. Tem um último item só, um minuto só, que é uma preocupação que o Conselho encaminhou ao Marcos Mendonça mas já está tomando as devidas providências em relação a risco de incêndio. Estamos vendo isso por todo lado, estamos preocupados, com isso - Já está tomando as providências para encaminhar ao Conselho uma segurança em relação a isso. Nós temos umas dependências muito extensas, risco grande e que nós precisamos ter muito cuidado com isso. Aí sim. **MARCOS MENDONÇA** - Gostaria, até preparei um *power point* sobre essa questão. Então, vou falar muito rapidamente, ou seja, quando nós entramos aqui não existia a licença do Corpo de Bombeiros. Hoje nos temos a licença do Corpo de Bombeiros, talvez seja uma das poucas entidades que tem a licença do Corpo de Bombeiros. Estamos preparando a licença já que vence em setembro desse ano, a renovação e para isso nós tivemos que fazer a desativação da marcenaria, porque na vistoria prévia se mostra como um risco, estamos fazendo todas as reformas naquele local, exatamente para podermos na renovação, que acontecerá em setembro deste ano, já estarmos com todos os requisitos necessários para ela ser de imediato prorrogada, ou seja, quando entrei aqui não existia, ficamos dois anos fazendo todas as reformas necessárias, para adaptar o prédio para tê-la. A mesma forma, o Teatro Franco Zampare. Quando entrei na televisão não existia. Ir lá era um risco gigantesco, porque se apresentava Inezita Cardoso, com mais de 80 anos, público médio com mais de 80 anos de idade, lotado semanalmente e não existia a licença do Corpo de Bombeiros. Fechei o Teatro Franco Zampare, a Inezita entendeu a medida, ficou muito chateada, mas entendeu a medida. Arranjei outro teatro, ficamos dois anos fechados fazendo todas as reformas necessárias e hoje, bem tem, a licença do Corpo de Bombeiros. Então, se há uma coisa que a Televisão pode se orgulhar, se orgulhar, é que tudo isso foi feito com muito esforço, porque são exigências cada vez mais rigorosas, de *sprinkler*, de sistemas de prevenção e tudo mais, na parte elétrica. Enfim, foram investimentos que a Fundação fez num esforço gigantesco e hoje temos os dois certificados, tanto aqui, como lá na coisa. Depois vou distribuir esse certificado para os senhores. **PRESIDENTE** (Augusto Luis Rodrigues) - Muito bem. Gente, estamos encerrando a reunião. Alguma outra observação? (Pausa.) Então, muito obrigado pela presença de vocês. Foi uma reunião difícil, complicada, mas chegamos ao final. Obrigado.

  
Augusto Luis Rodrigues  
Presidente do Conselho Curador

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PROMOTORIA DE JUSTIÇA CIVIL - FUNDAÇÕES  
Autorizo o registro, com fundamento nos artigos 127 e 128, II, da  
Constituição federal, nas art. 125 e seguintes do Código Civil  
e no artigo 28, do cap. III do Estatuto das Funções da Procuradoria  
Geral de Justiça do Estado de São Paulo.

São Paulo,

11.ABR 2019

  
MARIÂNCELA DE SOUSA BALDUÍNO  
Promotora de Justiça de Fundações  
Designada -- D.O.E. 26/02/2019

PRENOTADO  
4º RCPJ-SP